

PEDRO TAVARES DE ALMEIDA

Sociologia Política

RELATÓRIO

Programa, conteúdos e métodos

2012

Relatório sobre o programa, conteúdos e métodos da unidade curricular **Sociologia Política**, apresentado no âmbito das provas de agregação requeridas no ramo de Ciência Política, na especialidade de *Elites e Comportamentos Políticos*.

ÍNDICE

1. Preâmbulo	1
2. Metodologia pedagógica e avaliação	2
2.1. Aulas teóricas	
2.2. Aulas práticas	
2.3. Repertório bibliográfico	
2.4. Materiais de apoio didáctico	
- Recursos multimédia	
- Recursos electrónicos	
2.5. Regime de avaliação	
3. Programa	7
3.1. Estrutura	
3.2. Distribuição dos tempos lectivos	
3.3. Sinopse descritiva	
Tema 1: O estudo da política	
Tema 2: Modernidade, modernização e democracia	
Tema 3: Eleições e comportamentos eleitorais	
Tema 4: Princípios e modos de organização da acção colectiva	
Tema 5: As elites políticas	
4. Bibliografia: roteiro temático e comentado	38
Anexo:	
Prova escrita presencial - exemplos de perguntas	60

SOCIOLOGIA POLÍTICA

Relatório

1. Preâmbulo

Ao abrigo do disposto no despacho reitoral nº 20995/2008, de 1 de agosto, que reformula os ramos e especialidades aplicáveis para a obtenção do título de agregado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (*vd. Diário da República*, 2ª série, nº 154, de 11 de agosto de 2008), requeremos as provas de agregação no ramo de Ciência Política, na especialidade *Elites e Comportamentos Políticos*.

De harmonia com o disposto na alínea b) do artigo 5º do Decreto-Lei nº 239/2007, de 19 de junho, cumpre-nos apresentar um relatório sobre uma unidade curricular «no âmbito do ramo do conhecimento ou especialidade em que são prestadas as provas» (*vd. Diário da República*, 1ª série, nº 116, de 19 de junho de 2007).

A escolha da unidade curricular *Sociologia Política* justifica-se por duas ordens de razão fundamentais. Por um lado, tem uma função de charneira no grupo de disciplinas de Ciência Política que compõem a Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais (CPRI) da FCSH-UNL, fazendo a articulação e estabelecendo pontes entre os conteúdos programáticos de várias unidades curriculares especializadas. De frequência obrigatória, desempenha assim um papel importante na formação científica de base dos estudantes do actual curso de 1º ciclo em CPRI, introduzindo-os nos diferentes modos de pensar a *política* e fornecendo-lhes uma visão alargada e integrada de temas fundamentais na construção da identidade e no desenvolvimento teórico-metodológico deste campo disciplinar. Acresce ainda que é nesta unidade

curricular, que preexiste à criação da Licenciatura em CPRI, estando inicialmente ancorada na Licenciatura em Sociologia, que o signatário tem o mais longo e contínuo magistério, constituindo esse capital de experiência docente o molde em que foi vazado o presente Relatório sobre «o programa, os conteúdos e os métodos de ensino teórico e prático das matérias da disciplina».

Por outro lado, no plano epistemológico, as teorias e as investigações empíricas, quer sobre as minorias organizadas com poder e influência (as *elites*) quer sobre as determinantes da acção colectiva (os *comportamentos políticos*, em particular o *voto*), que configuram a área de especialidade disciplinar, estão na própria génese e no cerne da Sociologia Política.

2. Metodologia pedagógica e avaliação

2.1. AULAS TEÓRICAS

Em termos gerais, a orientação científico-pedagógica da unidade curricular baseia-se numa concepção plural e aberta, que visa familiarizar os alunos com as diversas perspectivas teóricas e tradições analíticas na abordagem dos temas leccionados, incentivando-os a confrontarem argumentos e a desenvolverem a capacidade de reflexão crítica fundamentada.

Uma outra directriz essencial é a importância atribuída ao método comparativo, quer como instrumento heurístico, quer como instrumento de controlo científico. Por um lado, a comparação é um poderoso meio de descoberta - «Compare yourself with others! Know what you are!», já proclamava Goethe (*Torquato Tasso*, 1790)¹ - e de explicação, nomeadamente conferindo inteligibilidade às relações de causalidade - «nous n'avons qu'un moyen de démontrer qu'un phénomène est cause d'un autre, c'est de comparer les cas où ils sont simultanément presents ou absents», postulava Emile Durkheim em *Les règles de la méthode sociologique* (1895). Por outro, permite testar a validade das generalizações e singularizar o que é verdadeiramente «excepcional», actuando como antídoto de muitas falácias «universalistas» e «particularistas». Deste modo, o repertório bibliográfico da unidade curricular tende a privilegiar os estudos

¹ Citado por Thomas Mann em epígrafe ao seu livro *Reflections of a Nonpolitical Man* (New York, 1985) [ed. original, em alemão: Berlim, 1918]. Mantivemos a frase na versão em língua inglesa.

empíricos que fazem uma abordagem comparativa das instituições, dos actores ou dos comportamentos políticos.

Para cada um dos temas do Programa, o docente traça a evolução do «estado da arte», sumariando as principais teorias e hipóteses explicativas e os intentos de validação empírica. Nesse âmbito, é feita a apresentação crítica de um elenco seleccionado de obras «clássicas» e fundamentais - assim definidas pelo seu estatuto pioneiro e/ou impacto decisivo no desenvolvimento do conhecimento e no estímulo à investigação sobre certos temas. A prioridade dada ao estudo dessas obras seminais e inspiradoras – os pilares mais sólidos e duradouros, amiúde revisitados e não raro fonte de inesgotáveis controvérsias – é tanto mais justificável quanto a literatura especializada é cada vez mais vasta e torna necessária uma triagem criteriosa.

A exposição oral das matérias leccionadas é frequentemente ilustrada com representações gráficas dos modelos teóricos e analíticos escrutinados - por exemplo, o «diagrama sistémico» de David Easton, o «mapa conceptual da Europa» ou a «tipologia das estruturas de clivagem e dos sistemas de partidos» de Stein Rokkan, ou ainda o «funil de causalidade das decisões de voto» de Angus Campbell *et al.* (Escola de Michigan) - e documentada com a apresentação de dados estatísticos que permitem comprovar hipóteses e fazer comparações no tempo e no espaço.

2.2. AULAS PRÁTICAS

Nas aulas práticas, pelo menos a primeira parte da sessão é sempre destinada à apresentação e discussão pelos alunos dos textos de leitura obrigatória indicados no início do semestre (*vd.* «Programa – Sinopse descritiva»). A apresentação de cada texto é feita, de modo breve (15 minutos, máximo), por um ou dois alunos previamente seleccionados. No debate, o docente desempenha o papel de «moderador», fazendo o balanço final e sublinhando as conexões mais pertinentes com a matéria leccionada nas aulas teóricas. Há 14 textos de leitura (integral ou parcial) obrigatória, que perfazem cerca de 250 páginas, uma extensão conforme às recomendações do relatório justificativo dos créditos ECTS do actual plano de estudos do curso de licenciatura.

Em algumas das aulas práticas, a segunda parte da sessão é utilizada para a apresentação e exploração de alguns recursos multimédia e electrónicos com interesse científico-pedagógico para a aprendizagem em curso (*vd.*, adiante, a relação dos «Materiais de apoio didáctico»).

2.3. REPERTÓRIO BIBLIOGRÁFICO

A extensa lista de livros e de alguns artigos de revistas que acompanha o Programa da disciplina justifica-se por três motivos. Por um lado, visa facultar aos alunos o conhecimento do acervo bibliográfico que serve de suporte às lições ministradas pelo docente nas aulas teóricas, bem como facilitar-lhes a identificação dos autores e dos textos expressamente citados. Por outro lado, disponibiliza aos alunos um variado leque de escolhas na selecção das obras que poderão ser objecto da «recensão» prevista no regime de avaliação da unidade curricular. Finalmente, pode constituir um guia útil para futuros trabalhos académicos. Assinalamos com um asterisco (*) a *short list* que recomendamos como bibliografia de base.

Em conformidade com a estrutura do Programa, a bibliografia está organizada em cinco grandes divisões temáticas, que comportam algumas subdivisões. Em geral, é feita também a distinção entre os «estudos pioneiros» e a literatura especializada subsequente.

Em virtude da própria interconexão das matérias leccionadas, há várias referências bibliográficas que não se confinam a um único tema. Todavia, por um critério de simplicidade e economia descritiva, cada obra é apenas registada uma vez. Na maioria dos casos, a sequência expositiva dos assuntos determinou a localização preferencial da referência bibliográfica – por exemplo, o livro de Robert Michels figura nos «estudos pioneiros» dos partidos políticos [TEMA 4], apesar de ser também uma das obras fundadoras da teoria das elites [TEMA 5].

As obras «clássicas» e mais relevantes são, por vezes, acompanhadas por breves comentários que sumariam o seu principal contributo teórico ou empírico, ou elucidam pormenores editoriais úteis.

Sempre que estejam disponíveis e tenham qualidade, são indicadas as traduções em língua portuguesa dos títulos inventariados.

2.4. MATERIAIS DE APOIO DIDÁCTICO

Nas aulas práticas, quer como complemento enriquecedor da apresentação de alguns textos, quer como fonte selectiva de materiais empíricos, são utilizados alguns recursos multimédia e electrónicos.

- **Recursos multimédia:**

Visionamento de uma parte do debate sobre o conceito de «múltiplas modernidades», organizado por ocasião da atribuição a S.N. Eisenstadt do Holberg International Memorial Prize (Universidade de Bergen, 2006), bem como da curta entrevista sobre o tema feita ao premiado. No debate participam, entre outros, Jack Goldstone, Jeffrey Alexander e Luis Roniger [TEMA 2, 1ª aula prática].

- **Recursos electrónicos:**

Os indicadores sociais publicados pela United Nations Statistics Division (*UNSD Statistical Databases*) [<http://unstats.un.org/unsd/databases.htm>] e no OECD Statistics Portal [<http://www.oecd.org/statistics/>] servem para ilustrar e comparar as «características descritivas» (S.N. Eisenstadt) ou os níveis de «mobilização social» (Karl Deutsch) de diferentes sociedades modernas ou em processo de modernização [TEMA 2, 1ª aula prática].

A página electrónica do International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA) [<http://www.idea.int/>] inclui ligações para várias «Databases and Networks», em alguns casos com componentes interactivas, que têm materiais (séries estatísticas, mapas, relatórios, etc.) úteis para documentar ou comprovar alguns postulados sobre a democracia, os sistemas eleitorais e o voto.

- *State of Democracy Network*: vd., por ex., o documento *Assessing the Quality of Democracy* (2008), onde é definido um elenco de questões que devem orientar a investigação sobre o tema [TEMA 2, 2ª aula prática]
- *Electoral Systems Design*: vd, por exemplo, o documento «World Chart of Electoral System Type», um mapa actualizado e interactivo com a distribuição planetária dos vários tipos de sistemas eleitorais [TEMA 3, 1ª aula prática].
- *Voter Turnout*: a mais completa série das estatísticas da participação eleitoral desde 1945, organizada por país; inclui também os mais recentes indicadores sobre Desenvolvimento Humano e literacia, que permitem testar empiricamente a assunção de que há uma correlação positiva forte entre os níveis de desenvolvimento socioeconómico e cultural e a participação eleitoral [TEMA 3, 2ª aula prática].

A página electrónica da Inter-Parliamentary Union [<http://www.ipu.org/>] faculta informação actualizada sobre a representação feminina nos parlamentos nacionais à escala global (*Women in National Parliaments*), permitindo quantificar e comparar as diferenças de género no recrutamento das elites políticas [TEMA 5, 2ª aula prática]. Para o estudo dos «mapas cognitivos» (percepções, preferências e atitudes) das elites políticas, no sítio *web* do *Projecto IntUne*, sediado no portal da Universidade de Siena [<http://www.intune.it/research-materials/elite-group>], estão disponíveis alguns dados e relatórios preliminares da primeira vaga de inquéritos realizada em simultâneo aos parlamentares de 18 países, entre Janeiro e Março de 2007, com uma série de questões sobre a identidade e a integração europeias. Na página do *European Election Studies* (EES), do Leibniz-Institut für Sozialwissenschaften [<http://www.ees-homepage.net/>], está prevista uma secção designada «Elite Surveys», ainda em construção.

2.5. REGIME DE AVALIAÇÃO

De acordo com o novo *Regulamento de Avaliação* em vigor na FCSH (vd. Despacho nº 38/2011, de 12 de julho), no 1º ciclo é obrigatório que um dos elementos de avaliação seja presencial e escrito. Um regime equilibrado, que permite testar e valorizar diferentes competências dos estudantes, consiste na aplicação de três elementos de avaliação individual – dois principais e um acessório - que, em termos de classificação final (expressa na escala numérica de 0/20 valores), têm a ponderação a seguir indicada:

- (i) Uma prova escrita presencial (*teste*), no final das aulas, sobre os temas do programa leccionado (40%).
A prova tem a duração máxima de duas horas e os alunos têm de responder a duas perguntas escolhidas de entre um leque de três (vd., no anexo final, exemplos do enunciado das perguntas).
- (ii) Uma pequena recensão de um livro, seleccionado pelo aluno no repertório bibliográfico da disciplina (40%).
O trabalho deve contemplar uma exposição concisa e rigorosa das principais hipóteses, argumentos e conclusões da obra, seguida de uma reflexão crítica. Extensão máxima: c. 13 mil caracteres (com espaços) .
- (iii) Intervenções orais nas aulas práticas, tanto na apresentação como na discussão dos textos de leitura obrigatória (20%).

3. Programa

3.1. ESTRUTURA

1. O estudo da política: tradições analíticas e mudanças de paradigma

- 1.1. As instituições como objecto de estudo: a abordagem clássica.
- 1.2. A política como «processo»: a «revolução behaviorista» e a teoria sistémica.
- 1.3. Novas abordagens: a teoria da «acção racional» e o «neo-institucionalismo».
- 1.4. Ciência política (velha e nova), sociologia da política e sociologia política.

2. Modernidade, modernização política e democracia

- 2.1. A natureza e dinâmica das sociedades e sistemas políticos modernos.
- 2.2. Estabilidade, mudança e protesto: consenso *vs.* conflito.
- 2.3. Democracia e democratização: requisitos e trajetórias históricas.
- 2.4. Modelos democráticos: «democracia maioritária» *vs.* «democracia consensual».

3. Eleições e comportamentos eleitorais

- 3.1. Cidadania, eleições e estruturação do espaço político nacional.
- 3.2. Os sistemas eleitorais e os seus efeitos políticos.
- 3.3. As teorias explicativas do voto: dos pioneiros à actualidade.
- 3.4. As dinâmicas eleitorais: da «era do alinhamento» à «era do desalinhamento».

4. Princípios e modos de organização da acção colectiva

- 4.1. *Zweckrationalität* ou «racionalidade funcional»: o fenómeno burocrático.
- 4.2. Burocracia e partidos políticos: os estudos seminais de Ostrogorski e de Michels.
- 4.3. Génese e desenvolvimento dos partidos políticos.
- 4.4. Estrutura de clivagens e sistemas de partidos: a tipologia de Lipset e Rokkan.

5. As elites políticas

- 5.1. As teorias «clássica» e «pluralista» das elites: as premissas de base.
- 5.2. Elites e desenvolvimento político.
- 5.3. Padrões de recrutamento das elites políticas (parlamentares e ministeriais).
- 5.4. A transformação das elites políticas: principais tendências e variações.

3.2. DISTRIBUIÇÃO DOS TEMPOS LECTIVOS

O plano de estudos do curso de licenciatura (1º ciclo) em Ciência Política e Relações Internacionais da FCSH-UNL está organizado por semestres (seis, ao todo) e o tempo lectivo de cada unidade curricular é de 64 horas, o que equivale a 32 aulas com a duração de 2 horas cada. A distribuição do número de aulas teóricas e práticas é variável, dentro de certos parâmetros, consoante a natureza específica da disciplina. Por norma, o tempo lectivo atribuído às componentes teórica e prática é de cerca de 60% e de 40%, respectivamente.

Conteúdos programáticos	Aulas		
	Teóricas	Práticas	Total*
Apresentação			1
Tema 1	2	1	3
Tema 2	6	3	9
Tema 3	4	2	6
Tema 4	4	2	6
Tema 5	4	2	6
Prova escrita		1	1
Total:			
Nº	19	12	31 (+1)
%	<i>61</i>	<i>39</i>	<i>100</i>

* Horas de aula = 64 horas (cada aula, 2 horas)

- Teóricas = 38 horas

- Práticas = 24 horas

3.3. SINOPSE DESCRITIVA

TEMA 1

Aulas teóricas:

As várias narrativas da história intelectual da Ciência Política (CP) têm um ponto de partida comum: o estudo das instituições (*i.e.*, o complexo de estruturas, regras e procedimentos standardizados) do Estado é a marca genética da disciplina e um seu indelével legado. Este paradigma teórico inicial e unificador, que constituiu a CP como *Staatswissenschaft* (ciência do Estado), foi crucial no processo de autonomização científica e de legitimação social do novo saber disciplinar a partir do último quartel do século XIX [*vd.*, em particular, Favre (1989)], ao construir um objecto próprio e reconhecido como relevante. Por um lado, identificou a política com uma realidade delimitada e «visível», a ordem institucional e jurídica formalizada - as estruturas e papéis especializados de governo e administração, e as normas que os enquadram e que regulam a vida colectiva (as leis constitucionais, por exemplo). Por outro, privilegiou uma dimensão central da vida política, pois o Estado é a «instituição das instituições» (Maurice Duverger), o detentor do poder soberano (o «poder supremo») ou, na consagrada fórmula weberiana, do monopólio da violência (ou coacção) física legítima que se exerce sobre uma colectividade inscrita num dado território. Num contexto de afirmação ou consolidação dos Estados nacionais, que tendiam a centralizar os instrumentos de poder e a concentrar recursos, a busca da racionalidade da acção administrativa conferia uma utilidade (e legitimidade) acrescida a um conhecimento vocacionado para o seu estudo.

A abordagem institucional clássica padecia, no entanto, de um vício redutor e de um excessivo formalismo legal (fruto do conúbio com o Direito Constitucional), ignorando ou negligenciando as instituições políticas não estaduais e os «processos reais». Como escreveu Moisei Ostrogorski (1912: ix), fazendo um diagnóstico crítico precoce da ortodoxia dominante, «jusqu'ici on s'était trop exclusivement appliqué à l'étude des formes politiques. La méthode d'observation elle-même [...] s'est exercée de préférence sur les institutions, sur les lois, en négligeant presque totalement, pendant longtemps, les hommes concrets qui les créent et les mettent en oeuvre».

Consequentemente, postulava a necessidade de combinar o estudo das «formas políticas» com o das «forças políticas».

A revisão crítica e, depois, a rejeição das premissas do «velho institucionalismo» conduziu a um novo paradigma, ancorado no conceito mais inclusivo de *poder*. Na curta e incisiva definição de Harold Lasswell (1936), um pioneiro no estudo das elites, a CP visa estudar a «formação e a distribuição do poder» (*who gets what, when and how*). O universo da política deixa de confinar-se às instituições formais de governo, alargando-se a todos os processos (actividades, comportamentos) orientados numa perspectiva de poder ou que afectem a sua lógica distributiva. O estudo da política é, assim, socialmente contextualizado: visa a «compreensão de todos os problemas relacionados com o poder e com o uso que dele se faz em contextos sociais» [Dowse e Hughes (1972)]. A chamada «revolução behaviorista», que ocorreu nos EUA após a II Guerra Mundial, a par da introdução de programas de pesquisa empírica com metodologias quantitativas cada vez mais sofisticadas, deu um grande impulso a este enfoque sociológico, nomeadamente na análise dos comportamentos eleitorais e das determinantes sociais (e psicológicas) da acção política. Como escreveram Seymour Lipset e Reinhard Bendix, a CP (agora rebaptizada Sociologia Política) «começa na sociedade e examina a forma como esta afecta o Estado» [cit. in Dowse e Hughes (1972: 23)].

Esta reconceptualização da política, ao mesmo tempo que permitiu uma visão mais integrada e dinâmica, comportou riscos de diluição do objecto e suscitou problemas de identidade disciplinar. A ambivalência do conceito de poder – que tanto designa o «poder de facto», socialmente difundido, como o «poder legítimo», que singulariza o que é especificamente político [vd., em particular, Dahl (2003)] – e a deriva «sociologista» de algumas abordagens contextuais – que reduziram a política a uma mera «variável dependente» ou um subproduto da sociedade - conduziram, com alguma frequência, a uma *sociologia da política* e não a uma *sociologia política*, na subtil e pertinente distinção proposta por Giovanni Sartori (vd. Lipset, dir., 1969, cap. 4).

A abordagem sistémica da política [vd. Easton (1953)] não só introduziu um maior rigor e refinamento conceptuais (por ex., a distinção clara entre «poder» e «autoridade» ou a incorporação da linguagem da cibernética), como permitiu conceber o seu objecto de estudo em inter-relação com o ambiente societal, sem perda de identidade ou diluição de fronteiras. Na verdade, o conceito de «sistema político» define

a política simultaneamente como um «domínio» específico - onde se localiza um conjunto de instituições e papéis especializados, e se desenrolam os processos decisórios essenciais - e como um «atributo» presente nas várias interacções sociais que afectam o funcionamento daquele. Nas palavras de D. Easton, «a vida política é um sistema de actividades inter-relacionadas que influenciam o modo como as decisões investidas de autoridade são formuladas e postas em prática numa sociedade». A ênfase posta na análise dos fluxos contínuos de interacção (*inputs*, *outputs* e *feedback*) concorreu, no entanto, para a desvalorização do estudo das próprias instituições políticas.

Em reacção a estas tradições analíticas, emergiram duas teorias que dominam actualmente a agenda das investigações politológicas [vd. Marsh e Olsen (1989), Goodin e Klingemann, dir. (1996), Rhodes *et al.*, dir. (2007)]: a teoria da acção racional, baseada nos trabalhos pioneiros de Kenneth Arrow e Anthony Downs, e a teoria neo-institucional. A primeira, recorrendo a modelos económicos e a fórmulas lógico-matemáticas, é uma teoria dedutiva com um elevado nível de abstracção, que interpreta a política a partir das preferências individuais e do jogo de cálculos instrumentais (relação custos/benefícios); a racionalidade dos comportamentos dos indivíduos baseia-se em estratégias que visam maximizar a sua utilidade. Teve especial impacto nos estudos eleitorais, da competição partidária e dos processos de decisão. A segunda, que acolhe algumas variantes, recolocou as instituições no centro da vida política – resgatando a importância do conceito de Estado (*bringing the state back in*) [vd. Evans *et al.* (1985)] -, postulando no essencial que elas têm uma autonomia relativa e produzem efeitos independentes. Se bem que tendo pressupostos distintos, ambas as teorias acabaram por encontrar uma zona de intersecção, ao reconhecerem que as características institucionais geram diferentes oportunidades e constrangimentos, e, como tal, afectam a avaliação estratégica que os actores fazem das suas acções. Como afirmam James March e Johan Olsen, «institutions empower and constrain actors differently and make them more or less capable of acting according to prescriptive rules of appropriateness» [«Elaborating the ‘New Institutionalism’», in Rhodes *et al.*, dir. (2007: 3)].

Fruto de outras confluências, o neo-institucionalismo ramificou-se ainda nas variantes «sociológica» e «histórica» [vd. Hall e Taylor (1996)]. Esta última sublinha que as instituições não são estáticas, mas o modo como se transformam e o sentido da mudança não são inteiramente independentes da sua trajectória histórica (*path*

dependence). O desenvolvimento institucional não está prisioneiro dos legados do passado, mas também não pode fazer «tábua rasa» desse mesmo passado. Além disso, a dinâmica institucional não é linear ou irreversível, e pode ocorrer através de adaptações incrementais ou de mudanças drásticas e repentinas, estas associadas a «conjunturas críticas». O neo-institucionalismo sociológico procura situar as instituições políticas no seu contexto societal, demonstrando que a mudança social e o desenvolvimento institucional são processos interactivos [vd., por exemplo, Skocpol (1979)].

Neste conspecto geral, de cunho propedêutico, são assim descritos e examinados os diferentes modos de formalização conceptual da política e as suas implicações analíticas e metodológicas. Num balanço crítico, procuramos sensibilizar os alunos para as virtualidades de modelos teóricos que não estabelecem dicotomias rígidas e artificiais (por exemplo, entre estrutura e acção (*agency*), instituições e comportamentos, interesses e ideais) e potenciam uma visão mais complexa e dinâmica dos fenómenos políticos - contextualizando-os socialmente, mas reconhecendo igualmente a sua especificidade e autonomia relativa. Nessa medida, e como advoga Giovanni Sartori, as perspectivas sociológica e politológica devem cruzar-se, formando um «híbrido interdisciplinar» que combina as variáveis explicativas sociais e políticas.

Aula prática (1): textos de leitura obrigatória.

- Giovanni SARTORI, “Da Sociologia da Política à Sociologia Política”, in S.M. Lipset, dir., *Política e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 1972, pp. 106-112 e 138-148.
- B. Guy PETERS, “Political Institutions, Old and New”, in R. Goodin e H.-D. Klingemann, dir., *A New Handbook of Political Science*, Oxford, 1996, pp. 205-218.

TEMA 2

Aulas teóricas:

A natureza e dinâmica da sociedade e dos sistemas políticos modernos, as principais trajectórias e desafios da modernização política, as novas estruturas de clivagem e padrões de protesto (conflito) e os mecanismos de integração (consenso) – ou, noutros termos, a combinação entre mudança e estabilidade –, e, por último, a democracia (requisitos «sociais» e modelos institucionais), constituem o entrelaçado feixe temático a abordar neste segundo módulo.

Cronologicamente, e sem ignorarmos o significado precursor de outros factos e dinâmicas anteriores, a «civilização moderna» irrompe nos finais do século XVIII: a revolução industrial inglesa, as Grandes Revoluções americana e francesa, e as reformas burocráticas prussianas constituem as experiências históricas decisivas que lançaram os seus alicerces materiais, políticos e organizacionais. Acontecimentos esses que estão, assim, também na génese das problemáticas fundadoras das ciências sociais.

No plano analítico, e sem prejuízo do reconhecimento de que a modernidade se cristalizou em distintas configurações estruturais e culturais, que não são meras variantes «locais» de um modelo único – e daí a relevância conceptual das «múltiplas modernidades» [Eisenstadt (2007)] –, é possível identificar um conjunto de princípios básicos ou propriedades genéricas que lhe são comuns: (i) *diferenciação*, que se traduz em diversificação estrutural e especialização funcional crescentes, tornando as sociedades cada vez mais complexas; (ii) *individualismo*, a emancipação dos indivíduos de vínculos grupais rígidos e de carácter adscritivo, e que se traduz na «invenção da cidadania»; (iii) *racionalidade*, o primado da razão e do «espírito científico», que se concretiza no desenvolvimento das organizações burocráticas e da tecnologia; (iv) *expansão*, o impulso contínuo para a inovação e a sua difusão, que, para alguns, tem como epítome o fenómeno contemporâneo da «globalização» [vd., em particular, Sztompka (1993)].

Estes traços qualitativos são objectiváveis e mensuráveis num conjunto de «características descritivas» ou indicadores de «mobilização social» (na fórmula consagrada de Karl Deutsch), como sejam o rendimento *per capita*, a urbanização, a mobilidade geográfica e ocupacional, a literacia e a exposição aos *mass media* [vd. Eisenstadt (1990)].

Na literatura clássica sobre o tema, que alberga sofisticadas elaborações teóricas e valiosas pesquisas empíricas [vd. Harrison (1997)], os atributos fundamentais da sociedade moderna são geralmente definidos por antinomia ou contraste com os da sociedade tradicional. Assim o testemunham, entre outras, as célebres distinções de Ferdinand Tönnies entre *Gemeinschaft* (comunidade tradicional) e *Gesellschaft* (associação ou sociedade moderna), de Emile Durkheim entre «solidariedade mecânica» e «solidariedade orgânica», de Max Weber entre «autoridade tradicional» e «autoridade racional-legal», ou ainda o elenco de «variáveis padrão» (*pattern variables*) enunciadas por Talcott Parsons (1951) – «*status* adscritivo» vs. «*status* adquirido» (*ascription* vs. *achievement*); papéis difusos vs. papéis específicos; particularismo vs. universalismo, etc.). Estes «tipos ideais», se bem que úteis para sinalizarem o sentido da mudança, foram amiúde confundidos com generalizações factuais, cristalizando em categorias ou esquemas analíticos dicotómicos. Assim, tradição e modernidade tenderam a ser (erradamente) concebidas como realidades antitéticas e mutuamente exclusivas [vd., para uma revisão crítica, Bendix (1964) e Eisenstadt (1990)]. O paradigma clássico dos estudos sobre a modernidade (que inclui os contributos tanto dos «pais fundadores» das ciências sociais, como de uma vasta plêiade de estudiosos nas décadas de 1950-60) enferma, aliás, de outros pressupostos equívocos, de que destacamos aqui dois deles. Por um lado, o *evolucionismo*, que se expressa na visão dos processos de modernização como sendo lineares (uma sequência universal de etapas), irreversíveis e orientados numa direcção comum (vd., por exemplo, a teoria da convergência das sociedades industriais ou, na actualidade, a noção de «fim da história»), o que é posto em cheque pela tese de Barrington Moore Jr. (1966; trad. port., reed., 2010) sobre as diferentes «vias de modernização» das sociedades (com distintos corolários institucionais e políticos) ou pelos conceitos de «colapsos da modernidade» e de «múltiplas modernidades» cunhados por S.N. Eisenstadt (1990 e 2007). Por outro lado, a *idealização da modernidade*, que se traduz na sua sinonímia com a ideia de «progresso» e na prevalência de narrativas optimistas sobre os seus efeitos (por exemplo, a ideia de que a modernização conduzirá inevitavelmente à democracia), quando o balanço histórico é ambivalente [vd. Giddens (1990) e Sztompka (1993)].

No que diz respeito ao significado da modernidade na esfera política, podem apontar-se três características ou dimensões fundamentais:

- (i) A racionalização da autoridade, com a emergência de um princípio de legitimidade secular (a «soberania nacional» ou «soberania popular», em

vez da «soberania divina» ou «Mandato do Céu») e o estabelecimento de mecanismos de responsabilização ideológica e/ou institucional (através do sistema eleitoral) dos governantes perante os governados.

(ii) O desenvolvimento de estruturas (instituições de governo, partidos, etc.) altamente diferenciadas e a concomitante especialização (e profissionalização) das funções políticas. Uma dinâmica em conexão com o incremento do «poder infra-estrutural do Estado» [Mann (1993)] e a crescente penetração do *centro* na *periferia*.

(iii) O aumento da participação política de grupos cada vez mais vastos da sociedade, nomeadamente através do processo de inclusão cívica que culmina no sufrágio universal adulto. De assinalar, como bem advertiu Norbert Elias, que a massificação política não se traduziu necessariamente num maior controlo dos governantes pelos governados.

Pode também identificar-se um conjunto de crises ou desafios cruciais que, integral ou parcialmente, os sistemas políticos enfrentam no seu processo de modernização. Desafios comuns e interligados, que não obedecem a uma sequência linear e rígida, e podem suscitar respostas diferentes, com consequências igualmente diferentes. Na sistematização proposta por um grupo de cientistas políticos americanos [vd. Binder *et al.* (1971)], são cinco: (i) *identidade*: a criação de lealdades e sentimentos de pertença a uma comunidade política unificada e mais vasta, o Estado nacional, um desafio que ganha maior acuidade em contextos sociais mais heterogêneos e segmentados; (ii) *legitimidade*: a adesão às novas instituições e símbolos centrais e a construção da confiança entre governantes e governados - transformando assim a «força em direito e a obediência em dever» (J.-J. Rousseau); (iii) *participação*: a incorporação cívica das «massas» e a extensão do sufrágio; (iv) *penetração*: o pleno exercício da autoridade territorial do Estado, quebrando (por meios coercivos ou pela negociação) as resistências de poderes periféricos; (v) *distribuição*: o acesso a recursos valiosos e desigualmente repartidos, em conexão com a extensão dos direitos sociais da cidadania [vd. também Marshall (1950; 1992)].

Modernização significa mudança e transformação, e os impulsos de mudança são contínuos, tornando-se tanto mais intensos e acelerados quanto mais modernas são

as sociedades. Transformações essas que geram frequentemente inaptações, resistências, divisões e antagonismos. E ao induzirem tanto uma maior diferenciação de interesses – que podem cristalizar em novas linhas de clivagem - como uma maior participação política, as sociedades modernas potenciam inegavelmente o conflito. O protesto é, por isso, uma dimensão central e estruturante das sociedades modernas [vd. Andrain e Apter (1995)], e os seus diferentes padrões (protagonistas sociais, modos de organização e orientações simbólicas) são um importante factor de diferenciação das «múltiplas modernidades» [Eisenstadt (2007)]. Por isso, uma das pistas para decifrar a «singularidade americana» reside na famosa interrogação do opúsculo de Werner Sombart, *Why Is There No Socialism in the United States?* (1906). A capacidade de absorção dos impulsos de mudança e a necessidade de garantir a «paz civil» exigem, por sua vez, estabilidade institucional e mecanismos de contratualização social e de pacificação da luta política. Consenso e conflito são assim dimensões fundamentais. E há dois modos distintos de os conceptualizar. As teorias «monistas», em que se filiam as soluções políticas autoritárias, postulam que são polaridades inconciliáveis, porquanto o conflito é um fenómeno «disfuncional» e perturbador da harmonia e coesão sociais, e, como tal, é indesejável e deve ser reprimido. Inversamente, as teorias pluralistas, em que se fundam as instituições e valores democráticos, não só reconhecem que o descontentamento e o protesto são realidades endémicas nas sociedades modernas, como valorizam os seus efeitos positivos enquanto fontes de inovação e criatividade sociais, advogando por isso que é possível e desejável a coexistência do consenso e do conflito, desde que este último se subordine a regras institucionais e controlos normativos que neutralizem os potenciais riscos de violência, privando os contendores (ou adversários) do recurso a meios destrutivos. Os conflitos «institucionalizados» ou «regulados», que não implicam a ruptura de compromissos básicos, desempenham assim um importante papel integrador e pacificador, sublimando e canalizando as tensões e antagonismos. O sistema eleitoral, ao fomentar uma competição pacífica em que ninguém é permanentemente vencedor ou vencido, mantendo as alternativas em aberto, tornou-se assim um dispositivo institucional privilegiado na regulação dos conflitos políticos [vd. Simmel (1908; 1986), Coser (1956), Dahrendorf (1957; 1976), Luhman (1980) e Lipset (1985)].

A relação entre modernidade e democracia é um dos temas proeminentes da investigação de politólogos, sociólogos e historiadores, e tem originado uma vasta

literatura². Partindo de uma clarificação conceptual sobre a definição de democracia [vd. Schumpeter (1943) e Collier e Levitsky (1997)], seguida de um breve excuro comparativo sobre algumas trajectórias históricas dos processos de democratização [vd. Weber (1921-22; 1978), Moore (1967), Grew (1978), Stephens (1989), Luebbert (1991), Rueschemeyer *et al.* (1992), Ertman (1998), Bermeo e Nord, dir. (2000), e Bermeo (2003)], focaremos e esmiuçaremos depois sobretudo as teses de Seymour M. Lipset (1960 e 1968) sobre os «requisitos sociais» da democracia e de Robert A. Dahl (1999) sobre as «condições essenciais e favoráveis» à democracia. Ambos os contributos são submetidos a uma avaliação crítica com base noutros estudos [vd., Lijphart (1977 e 2008), Diamond *et al.*, dir. (1995), Przeworski e Limongi (1997), Przeworski *et al.* (2000), Boix (2003) e Acemoglu e Robinson (2005)] e discutidos numa aula prática.

O modelo explicativo de Lipset assenta em duas premissas essenciais, em parte inter-relacionadas. Em primeiro lugar, na existência de uma forte correlação positiva entre desenvolvimento económico e a institucionalização da democracia («The more well-to-do a nation, the greater the chances it will sustain democracy»). O incremento da riqueza média, a difusão do bem-estar e a expansão das oportunidades (sociais, educacionais...) não só moderam a intensidade dos «conflitos distributivos», como aumentam a confiança na eficácia de instituições e práticas baseadas na negociação e no compromisso. Em segundo lugar, no impacto favorável de um sistema de estratificação social mais aberto e flexível, bem como das «clivagens cruzadas» (*cross-cutting*). Quanto mais fluidos forem os canais de mobilidade social, favorecendo o declínio das desigualdades socioeconómicas e a formação de uma vasta «classe média», maior é a probabilidade de a democracia singrar [uma tese corroborada pelas análises empíricas recentes de Boix (2003)]. Do mesmo modo, quando as diversas linhas de clivagem – horizontais (classe social) e verticais (língua, religião, etnia) – não se sobrepõem e convergem, reforçando-se mutuamente, mas antes originam frentes cruzadas de conflito, maior é a eficácia dos dispositivos de regulação desse mesmo conflito. As «lealdades cruzadas», como também sublinhou Luhmann (1980), tornam as fronteiras entre aliados e adversários mais porosas, inibindo a fractura da comunidade política entre «amigos» e «inimigos», bem como o florescimento de ideologias radicais e sectárias. Lipset

² Uma visão mais completa dessa bibliografia, sobretudo a que incide sobre os processos de transição para as democracias da «3ª vaga», na fórmula consagrada de Samuel Huntington, é apresentada numa outra unidade curricular da licenciatura, designada *Teoria da Democracia*.

acrescenta ainda dois outros factores complementares favoráveis à estabilidade democrática: a «resolução histórica dos conflitos», ou seja a não acumulação de «velhos» e «novos» conflitos; e o bipartidarismo, baseado em «partidos de representação» (*i.e.*, que agregam e expressam interesses heterogéneos).

Por seu turno, Robert Dahl enumera as premissas de base da democracia (dirigentes eleitos; eleições livres, justas e frequentes; liberdade de expressão; fontes de informação alternativas e independentes; autonomia associativa; cidadania inclusiva), estabelecendo a distinção entre condições «essenciais» (subordinação dos militares ao poder civil; inexistência de ameaça externa de intervenção estrangeira; uma cultura política arreigada a crenças e valores democráticos) e «favoráveis» (sociedades mais homogéneas, com um «pluralismo cultural fraco», e uma economia capitalista de mercado desenvolvida) à sobrevivência do que designa como «democracias poliárquicas». Retomando no fundamental (e refinando) os argumentos de Lipset, não deixa todavia de equacionar a problemática relação entre o capitalismo de mercado e a democracia, desafiando e sopesando os pró e os contra.

A assunção de que existe uma associação virtuosa entre modernização económica e democracia foi submetida por Adam Przeworski a um extenso teste de validação empírica. Fazendo a distinção clara entre condições de emergência e de estabilidade da democracia, as suas conclusões contrariam a existência de um determinismo económico: «The emergence of democracy is not a by-product of economic development . [...]. Only once it is established do economic constraints play a role: the chances for the survival of democracy are greater when the country is richer. Yet even the current wealth of a country is not decisive [...]. If they succeed in generating development, democracies can survive even in the poorest nations» [Przeworski e Limongi (1997: 177)].

No que diz respeito aos efeitos negativos da heterogeneidade social, Arend Lijphart contrapõe que o funcionamento e a estabilidade das instituições políticas não são mecanicamente condicionados pela estrutura de clivagens prevalecente, e que aquelas podem adaptar-se com êxito a contextos societais adversos. Pondo a ênfase no papel dos actores políticos e das reformas institucionais, argumenta que a estabilidade democrática é viável em sociedades mais heterogéneas, desde que as elites políticas cooperem e adoptem dispositivos eficazes de regulação do conflito (por exemplo, o federalismo onde há clivagens territoriais ou a representação proporcional onde há um pluralismo partidário polarizado ou «minorias» activas).

A reflexão crítica de Lijphart conduz-nos à descrição e análise da sua tipologia das democracias contemporâneas - as *maioritárias* (segundo o modelo de Westminster) e as *consensuais* -, que estabelece a ponte com a matéria leccionada no módulo seguinte.

Aulas práticas (3): textos de leitura obrigatória.

(1ª)

- Shmuel N. EISENSTADT, “Múltiplas modernidades: problemática e enquadramento de base”, in S.N. Eisenstadt, *Múltiplas modernidades. Ensaio*, Lisboa, 2007, pp. 13-22 e 39-48.

(2ª)

- Robert A. DAHL, “Condições favoráveis e desfavoráveis”, in Robert A. Dahl, *Democracia*, Lisboa, 1999, pp. 167-203.

(3ª)

- Arend LIJPHART, “O modelo democrático consensual”, in A. Lijphart, *As democracias contemporâneas*, Lisboa, 1984, pp. 39-58.

TEMA 3

Aulas teóricas:

As eleições são uma instituição fundamental nos processos de modernização e democratização políticas. Se bem que não constituam propriamente uma inovação institucional (as tradições electivas remontam à Grécia e Roma clássicas), é no século XIX, com o triunfo do liberalismo e a consagração do «governo representativo» (John Stuart Mill), que as eleições se difundem e assumem um papel central nos sistemas políticos, desempenhando um conjunto de funções muito importantes³. Destaquemos as três mais relevantes: (i) *legitimação*, quer concretizando o novo princípio de responsabilização dos governantes perante os governados (tornando-se um dos principais canais de influência dos cidadãos nas democracias consolidadas), quer como uma arena privilegiada de controlo social e/ou de regulação do conflito; (ii) *recrutamento*, assegurando a selecção e a «circulação» da «classe política» e da elite governante; (iii) *integração*, contribuindo para a «nacionalização» do espaço político, em íntima conexão com o desenvolvimento dos Estados-nação e a formação das identidades nacionais [vd., Bendix (1964), Rokkan (1961, 1970 e 1999) e Caramani (2004)]. Como sublinhou Stein Rokkan (1961: 133), uma referência incontornável nestes assuntos, «the development of the channels for mass politics was an important element in the growth and integration of territorially defined nation-states».

Numa perspectiva histórica, há duas dimensões que sobressaem no processo geral de democratização política. Por um lado, a progressiva incorporação cívica das massas, mediante a ampliação do direito de voto (abolição das barreiras censitárias, capacitárias e de género), um processo que teve dinâmicas e ritmos diversos consoante os países, e que culmina no sufrágio universal adulto. Por outro, a igualização das condições de voto – a eliminação do sufrágio indirecto e do «voto plural», bem como o estabelecimento efectivo do segredo de voto e de rácios eleitores/deputados idênticos em todos os círculos - , cujo *terminus ad quem* é a consagração do princípio «um eleitor, um voto, o mesmo valor». Esta democratização da instituição eleitoral tanto

³ Concentramo-nos aqui nos regimes liberais e democráticos, não ignorando que nos regimes autoritários, apesar de desfiguradas (*des élections pas comme les autres*: não-concorrenciais, sem liberdade de expressão, nem garantias legais), as eleições têm um papel que não deve ser negligenciado. Sobre as eleições em contextos autoritários, vd. o estudo pioneiro de Guy Hermet *et al.*, *Des élections pas comme les autres* (1978), e mais recentemente Andreas Schedler, dir., *Electoral Authoritarianism: The Dynamics of Unfree Competition* (2006).

resultou de «pressões vindas de baixo», da mobilização política dos excluídos, como de iniciativas a «partir de cima», fruto da competição inter-elites e/ou de estratégias preventivas⁴ [vd. Rokkan (1961;1970), Collier (1999), Zibblat (2006) e Przeworski (2008)].

A institucionalização do sufrágio universal igualitário - «verdadeira esfinge dos tempos modernos», no aforismo do historiador Pierre Rosanvallon - teve várias implicações. Criou eleitorados nacionais social e culturalmente mais diferenciados e hererogéneos, potenciando assim a tradução na esfera política das principais divisões e clivagens existentes nas sociedades. Induziu a reformulação das molduras institucionais da acção política, em particular as organizações partidárias (substituição dos «partidos de notáveis» pelos «partidos de massas», e sua crescente burocratização). Estimulou o aumento da competição eleitoral e partidária, associada também a uma maior polarização ideológica.

A relevância institucional e política das eleições reside igualmente nos potenciais efeitos estruturantes dos mecanismos de escrutínio – os sistemas eleitorais, *stricto sensu*. Os sistemas eleitorais de representação maioritária (RM) dominam quase em exclusivo a paisagem política até à viragem do século XIX para o século XX. Os sistemas de representação proporcional (RP), uma inovação tardia – introduzida em eleições parlamentares nacionais na Bélgica em 1899 e a seguir na Finlândia em 1906 -, só se difundem na Europa por alturas da I Guerra Mundial. De acordo com a interpretação canónica de Stein Rokkan, a tendência que se manifesta então para a substituição da RM pela RP tem origem em países com maior heterogeneidade cultural, mas acentua-se sobretudo devido à crescente diferenciação socio-económica de eleitorados nacionais massificados: «the pressures for [PR] increase with the ethnic and/or religious heterogeneity of the citizenry and [...] with the increased economic differentiation generated through urbanisation and the monetisation of transactions» [Rokkan *et al.* (1970: 88)]. Em vários países há, aliás, uma perfeita sincronia na adopção do sufrágio universal e da RP. Ainda segundo Rokkan, o fascínio então exercido pela RP, ditado mais por cálculos instrumentais do que por razões idealistas de justiça eleitoral, decorre da sua «ambiguidade funcional»: reivindicada inicialmente por minorias políticas radicais, é também apropriada por elites conservadoras empenhadas em resguardar a sua influência num contexto de sufrágio de massas.

⁴ Na formulação célebre de Earl Grey (1831), «I am reforming to perserve [...] to prevent the necessity of revolution».

A avaliação das consequências dos sistemas eleitorais - e, numa perspectiva mais normativa, das suas vantagens e inconvenientes para a democracia e o «bom governo» - é, desde o último terço do século XIX, um tema importante e recorrente no debate político e científico. Os contornos essenciais desse debate foram de algum modo delineados pelas opiniões de John Stuart Mill (1861) a favor da RP e pela reacção crítica de Walter Bagehot (1867). O primeiro - que acolheu entusiasticamente o sistema de RP inventado pelo seu compatriota Thomas Hare (1857 e 1859) - destacou duas vantagens essenciais do novo método de escrutínio: (i) a «representação das minorias» suficientemente expressivas, assegurando assim a justiça eleitoral e a formação de assembleias parlamentares plurais e dinâmicas; (ii) a substituição da «representação territorial»⁵ pela «representação pessoal»⁶, o que favorece a ligação «ideológica» entre eleitores e eleitos e a elevação dos padrões de qualidade (intelectual e moral) no recrutamento parlamentar. Por sua vez, Walter Bagehot contra-argumenta apontando três consequências negativas principais da RP: (i) *inacção parlamentar e governos fracos*: a representação matematicamente exacta das minorias conduz a uma paralisia do processo de decisão legislativo, prejudicando a eficácia e estabilidade governativas; (ii) *radicalismo político*: a representação independente de múltiplas opiniões e interesses diferenciados encoraja os comportamentos sectários e egoístas, minando um dos pilares do regime parlamentar (o «espírito de moderação»); (iii) *tiranía dos partidos*: a eliminação dos pequenos círculos eleitorais reforça o papel das organizações partidárias, com a consequente perda de independência dos parlamentares.

Esboçado o panorama da reflexão «clássica» sobre os sistemas eleitorais - onde são convocados mais alguns contributos interessantes, de António Cândido (1881) e Victor d'Hondt (1882) a Ferdinand Hermens (1941) -, procedemos então ao exame crítico do debate científico contemporâneo, após a II Guerra Mundial, quando as generalizações ou hipóteses teóricas são baseadas numa pesquisa empírica cada vez

⁵ Segundo Mills, os pequenos círculos eleitorais de base territorial acentuam o *localismo* político e favorecem o clientelismo: «the only persons who can get elected are those who possess local influence, or make their way by lavish expenditure» (1991: 158).

⁶ No sistema proposto por Hare, o apuramento final dos votos faz-se num círculo único nacional. Assim, como explica Mills, «any elector would be at liberty to vote for any candidate, in whatever part of the country he might offer himself», o que estimularia os eleitores a votarem «by selection from all the persons of national reputation on the list of candidates with whose general principles they were in sympathy» (1991: 153).

mais ampla, em termos geográficos e temporais. Podem identificar-se três orientações analíticas principais.

A abordagem institucional clássica, que tem como expoente máximo Maurice Duverger, postula que os sistemas eleitorais têm um efeito político decisivo, porquanto são a «variável independente» que determina a configuração do sistema de partidos e o próprio modelo de organização dos partidos. O politólogo francês [1950 e 1951] enunciou mesmo três «leis sociológicas», a seguir reproduzidas na sua formulação inicial: «(i) a representação proporcional conduz a um sistema de partidos múltiplos, rígidos e independentes; (ii) o escrutínio maioritário a duas voltas conduz a um sistema de partidos múltiplos, flexíveis e independentes; (iii) o escrutínio maioritário a uma só volta leva ao dualismo dos partidos» [vd. tradução portuguesa in Braga da Cruz, org. (1998: 116)]. Esta é, aliás, uma das teses mais famosas da Ciência Política, que não só tem alimentado infindáveis controvérsias, como foi objecto de alguns importantes refinamentos críticos [vd., por exemplo, Rae (1967 e 1971)].

A abordagem sociológica tende, por sua vez, a minimizar o impacto dos sistemas eleitorais no formato das constelações partidárias, valorizando o papel determinante das clivagens socioestruturais [vd. Lipset e Rokkan (1967) ou Rokkan *et al.* (1970)]. Nessa medida, tanto os sistemas eleitorais como os sistemas de partidos são tratados como «variáveis dependentes»; acresce ainda que as reformas eleitorais nem sempre antecedem, mas antes confirmam as alterações nas dinâmicas partidárias.

Por último, a abordagem neo-institucional faz uma espécie de síntese das duas anteriores, advogando que «os sistemas eleitorais são importantes, mas a sua influência tende a variar consoante as circunstâncias. O mesmo é dizer: depende dos factores ou variáveis contextuais» [Nohlen (2007:55)]. Assim, embora possam identificar-se diferentes «efeitos tendenciais» dos sistemas de RM e RP (vd. quadro sinóptico), um mesmo sistema eleitoral pode ter consequências distintas consoante as circunstâncias sociais e políticas concretas.

Os sistemas eleitorais: tipos fundamentais e efeitos tendenciais

Efeitos tendenciais	RM	RP
Bipartidarismo	Sim	Não
Maioria absoluta de um só partido	Sim	Não
Estabilidade do governo	Sim	Não
Alianças de governo	Não	Sim
Atribuição unívoca da responsabilidade política	Sim	Não
Representação justa	Não	Sim
Oportunidades para novas tendências políticas	Não	Sim

Fonte: Nohlen (1995: 51).

Um outro aspecto inquirido sobre os sistemas eleitorais é o do seu impacto nos comportamentos e atitudes eleitorais. Harold Gosnell (1930) foi talvez o primeiro a sugerir, ainda que com uma escassa evidência empírica, o impacto positivo da RP na participação eleitoral, uma hipótese confirmada por estudos recentes [vd. Lijphart (1997) e Rose (1997)]. Por seu turno, Maurice Duverger (1950 e 1951) introduziu a importante distinção entre os *efeitos mecânicos* e os *efeitos psicológicos* dos sistemas eleitorais, explicando estes últimos o fenómeno do chamado «voto útil», um tema que ganhou acuidade no contexto actual de maior volatilidade eleitoral e em conexão com o modelo do «cidadão racional», e que deu lugar a sofisticadas análises sobre o que hoje se designa por «voto estratégico» [vd., em particular, Cox (1997)].

O estudo da participação eleitoral, das determinantes e motivações do voto (ou da abstenção), no quadro das democracias contemporâneas constitui um dos grandes temas de investigação da sociologia política. Compreensivelmente, pois como adverte Anthony Downs (1957: 269), «participation in elections is one of the rules of the game in a democracy [...] without it democracy cannot work». Assim, na parte final deste módulo expomos os lineamentos essenciais das teorias explicativas do voto e o sentido da evolução recente das dinâmicas eleitorais⁷.

⁷ Os alunos que prosseguem a sua formação académica na área de especialização em Ciência Política, inscrevendo-se no curso de mestrado (2º ciclo), terão oportunidade de aprofundar estes temas na unidade curricular *Estudos Eleitorais*.

Começamos, uma vez mais, por sinalizar os contributos dos pioneiros – o francês André Siegfried (a geografia eleitoral: os «temperamentos políticos regionais»), o americano Harold Gosnell (a busca das causas da abstenção) e o sueco Herbert Tingsten (percursor das explicações sociológicas do voto)⁸. Segue-se, então, a descrição dos postulados dos três principais modelos teóricos, ou «ortodoxias» [Catt (1996)], que se sucederam e rivalizaram a partir de meados da década de 1940:

(i) O *modelo sociológico*, enunciado de modo eloquente por Paul Lazarsfeld e os seus colegas da universidade nova-iorquina de Columbia na seguinte asserção: «a person thinks, politically, as he is, socially. Social characteristics determine political preference» (1944; reed., 1968: 27].

(ii) O *modelo sociopsicológico* (ou «modelo de Michigan»), graficamente representado por um «funil de causalidade», que postula a preeminência das «identificações partidárias» na determinação do voto [Campbell *et al.* (1960)].

(iii) O *modelo do eleitor racional*, formulado inicialmente por Anthony Downs (1957) mas cuja difusão foi mais tardia, que postula ser o *homo politicus* um cidadão racional e, como tal, procura maximizar a utilidade do seu voto, fazendo uma ponderação dos custos e benefícios [vd. também a noção conexa do «eleitor responsável», cunhada por Key (1966)].

As controvérsias teóricas (e metodológicas) sobre a explicação do voto [vd. Natchez (1985) e Niemi e Weisberg (1993)] não são alheias ao sentido da evolução dos comportamentos eleitorais nas democracias Ocidentais no pós-Guerra. À relativa estabilidade dos alinhamentos eleitorais nas primeiras décadas, ditada pela aparente fossilização das clivagens estruturais e sua projecção em sistemas de partidos robustos, sucedeu a partir de meados da década de 1970 uma nova era, pautada por uma maior abstenção [vd. Lijphart (1997), Rose (1997) e Franklin (2004)] e uma crescente instabilidade ou volatilidade eleitoral [vd. Dalton *et al.*, dir. (1984) e Martin (2000)],

⁸ Vd. os comentários às obras destes autores na bibliografia final (secção 3.3).

associada a uma orientação mais «individualista» no exercício da cidadania, que se atribui quer ao declínio de certos «marcadores» rígidos do passado - o «voto de classe», o «voto religioso», as «identificações partidárias» -, quer à emergência de novas linhas de clivagem e de uma outra cultura política (*pós-materialista*) [vd. Dogan (1995), Broughton e Martien, dir. (2000), Leduc, dir. (2002) e Klingemann, dir. (2012)]. Dinâmica eleitoral essa que interage com o desenvolvimento dos partidos e se repercute na estrutura da competição política e partidária – um tema a aflorar no módulo seguinte.

Aulas práticas (2): textos de leitura obrigatória.

(1ª)

- Adam PRZEWORSKI, “Conquered or Granted? A History of Suffrage Extensions”, *British Journal of Political Science*, 39, 2008, pp. 291-321.

(2ª)

- Dieter NOHLEN, “Duverger, Rae, Sartori e os efeitos nomológicos dos sistemas eleitorais”, in D. Nohlen, *Os sistemas eleitorais: o contexto faz a diferença*, Lisboa, 2007, pp. 42-52.
- Mattei DOGAN, “Le déclin du vote de classe et du vote religieux en Europe occidentale”, *Revue internationale des sciences sociales*, 146, Dezembro 1995, pp. 601-616.

TEMA 4

Aulas teóricas:

Como afirmou em tempos Michel Crozier (1963: 215), fazendo-se eco de uma opinião partilhada por muitos especialistas, «le phénomène bureaucratique constitue un des problèmes clefs de la sociologie et de la science politique moderne».

O triunfo da *Zweckrationalität*⁹ ou «racionalidade funcional» no mundo moderno manifesta-se precisamente no desenvolvimento de organizações burocráticas em todas as esferas da sociedade. Os antecedentes históricos e os pressupostos (económicos, culturais e tecnológicos) desse fenómeno, bem como as suas consequências, são magistralmente descritos e analisados nos escritos fundadores de Max Weber (1922; trad. inglesa, 1978). Se Marx viu na separação do produtor dos meios de produção a chave da emergência do capitalismo, Weber postula, por analogia, que na esfera do Estado a separação do «administrador» ou «funcionário» dos meios de administração¹⁰ foi o processo fulcral na transição da burocracia patrimonial ou tradicional para a burocracia racional ou moderna. Os atributos essenciais desta última, fixados no tipo-ideal weberiano - hierarquia (com mecanismos de subordinação e controlo), especialização funcional, recrutamento meritocrático e profissionalização dos funcionários, regras objectivas e impessoais, rotinização dos procedimentos -, conferem às instituições uma superioridade técnica e eficácia administrativa ímpares. Na prática, porém, as consequências da burocratização são ambivalentes, e há também lugar a «disfunções» e patologias – por um lado, a rotinização é inibidora da capacidade de adaptação criativa às circunstâncias, e, por outro, a impessoalidade das normas e os constrangimentos hierárquicos são fatores de desumanização e opressão [vd. Merton (1936), Crozier (1963) e Blau e Meyer (1971)].

Na esfera política, e como assevera o próprio Weber (1978: 969), «the big state and the mass party are the classic field of bureaucratization». Uma dinâmica que foi

⁹ Max Weber distingue dois tipos, ainda que interligados, de racionalidade: a *Zweckrationalität*, a dimensão formal e organizacional, associada ao processo de diferenciação estrutural, e a *Wertrationalität*, que se manifesta na esfera simbólica e dos valores. Na tradução de Karl Mannheim corresponde à distinção entre «racionalidade funcional» e «racionalidade substantiva».

¹⁰ «In principle, the modern organization of the civil service separates the bureau from the private domicile of the official and, in general, segregates official activity from the sphere of private life. Public monies and equipment are divorced from the private property of the official. This condition is everywhere the product of a long development. Nowadays, it is found in public as well as in private enterprises» [Weber (1978: 957)].

estimulada pela contínua expansão (quantitativa e, sobretudo, qualitativa¹¹) dos recursos e capacidades administrativas dos Estados nacionais, bem como pelas novas exigências organizacionais criadas pela progressiva massificação do sufrágio [vd. LaPalombara, dir. (1967) e Mayntz (1985)]. Questão crucial é aqui, sem dúvida, a da complexa relação entre burocracia e democracia, pois uma e outra tanto convergem¹² e se reforçam, como se entrechocam [vd. Etzioni-Halevy (1985) e Page (1992)]. Um dilema que inquietou Weber e que suscitara precocemente as reflexões pessimistas de dois contemporâneos seus, o russo Moisei Ostrogorski (1902) e sobretudo o alemão Robert Michels (1911; trad. port., 2001). Ambos elegeram os partidos políticos, enquanto modos preferenciais de organização da acção colectiva nas democracias modernas, como o observatório privilegiado das consequências das tendências burocráticas. Embora as instituições partidárias já tivessem sido objecto de algumas valiosas descrições morfológicas [vd., em particular, Bryce (1889) e Lowell (1896)], Ostrogorski e Michels foram mais longe, dissecando a sua anatomia e formulando hipóteses gerais sobre a lógica do seu funcionamento. Nessa medida, são considerados os verdadeiros fundadores do estudo científico dos partidos.

Segundo Ostrogorski, cuja investigação empírica incidiu sobre os EUA e Inglaterra, os métodos de acção e organização dos partidos políticos tinham-nos convertido em «máquinas» centralizadas e disciplinadas («exércitos regulares») vocacionadas exclusivamente para a conquista e exercício do poder, atrofiando o espaço de afirmação espontânea da cidadania e despojando-a da sua «força de intimidação social». Especificando, identifica três malefícios essenciais do tipo então dominante de partidos: (i) são uma *fonte de dogmatismo e intolerância*, impondo aos seus membros uma obediência e lealdade incondicionais, ao mesmo tempo que encorajam as animosidades sectárias contra os adversários; (ii) são uma *fonte de empobrecimento do debate político*, confinando-o aos temas que se inscrevem num quadro de divergências reconhecidas; (iii) são *instrumentos de tirania e corrupção*, ao converterem-se num «fim em si-mesmo», usurpando o poder soberano das massas, e ao subordinarem a

¹¹ Como sublinha Weber (1978: 971), «bureaucratization is stimulated more strongly, however, by intensive and qualitative expansion of the administrative tasks than by their extensive and quantitative increase».

¹² «Bureaucracy inevitably accompanies modern mass democracy [...]. This results from its characteristic principle: the abstract regularity of the exercise of authority, which is a result of the demand for “equality before the law” in the personal and functional sense – hence, of the horror of “privilege”, and the principled rejection of doing business “from case to case”» [Weber (1978: 983)].

gestão dos recursos públicos a critérios de distribuição clientelares¹³. Na opinião de Ostrogorski, o predomínio dos partidos «permanentes e rígidos» não é todavia uma inevitabilidade, podendo dar lugar a uma espécie de partidos *ad hoc*, temporários, que seriam benéficos para a vida democrática: «Le parti entrepreneur général des nombreux et variés problèmes à résoudre [...] ferait place à des organisations spéciales, limitées à leurs objets particuliers. Il cesserait d'être un amalgame de groupes et d'individus réunis dans un accord fictif [...] et ferait place à des groupements qui se formeraient et se reformeraient librement selon les problèmes changeants de la vie et les jeux d'opinions que ceux-ci amèneraient. Des citoyens qui se seraient séparés sur une question feraient route ensemble sur une autre question» (1912, pp. 647-48).

O diagnóstico crítico de Michels, ancorado sobretudo no exemplo do Partido Social-Democrata alemão, é mais radical. Postula que as exigências organizacionais e a dinâmica burocrática das modernas sociedades de massas engendram a inelutável degenerescência «oligárquica» dos partidos (uma «lei de ferro») e inviabilizam a democracia. O aumento do volume e da complexidade das tarefas administrativas nas organizações em larga escala implica uma crescente especialização funcional e hierarquia de posições, que conduz à profissionalização dos dirigentes e a uma estrutura de poder fortemente assimétrica e restritiva. Uma tendência estrutural que seria ainda agravada quer pela «psicologia das massas» - apatia congénita, necessidade (religiosa) de veneração dos chefes, etc. -, quer pelas estratégias de reprodução no poder utilizadas pelos dirigentes. Nas palavras de Michels (2001: 54-55), «a democracia entra em fase de declínio à medida que aumenta o nível de organização», pois «quem diz organização, diz tendência para a oligarquia».

Escritas numa época em que os modernos partidos de massas, densamente burocratizados e profissionalizados, ainda estavam na sua infância, as teses de Ostrogorski e de Michels, não obstante os exageros, têm sobretudo interesse pelo seu carácter premonitório - o que explica, aliás, a sua «redescoberta» nas décadas de 1960-70, quando se intensificam as críticas à partidocracia.

Os partidos políticos são, inegavelmente, actores institucionais onnipresentes nos sistemas políticos modernos ou em vias de modernização, tanto democráticos como autoritários, o que decerto significa que emergem «whenever the activities of a political system reach a certain degree of complexity, or whenever the notion of political power

¹³ «Le parti formant une troupe montant à l'assaut du pouvoir pour se partager les dépouilles» [Ostrogorski (1912: 643)].

comes to include the idea that the mass public must participate or be controlled» [LaPalombara e Weiner (1972: 3)]. Nas democracias consolidadas o protagonismo dos partidos é bem visível em duas arenas institucionais. Por um lado, e em conexão com o papel fulcral que desempenham na integração e mobilização do eleitorado – estruturando a «caótica vontade pública» (Sigmund Neumann) –, monopolizam a representação política nos seus múltiplos níveis (local, regional, nacional e supranacional). Por outro, controlam o poder executivo – o «governo de partidos» é a norma.

O universo dos partidos é, porém, variado e dinâmico, tendo conhecido algumas mudanças significativas ao longo do tempo. As várias tipologias ou classificações dos partidos evidenciam essa diversidade genética e as metamorfoses ocorridas na sua trajetória histórica: partidos de notáveis e partidos de massas (Max Weber), partidos de «origem interna» e partidos de «origem externa» (Maurice Duverger), partidos *catch-all* (Otto Kirchheimer), partidos cartel (Richard Katz e Peter Mair)¹⁴.

A par da abordagem institucional dos partidos, há uma outra, de cariz sociológico, que privilegia a análise das linhas de divisão ou clivagens socioestruturais que alimentam os principais contrastes e antagonismos partidários nos sistemas políticos modernos. Destacamos aqui, pela sua relevância analítica e impacto na literatura especializada, a tipologia da «estrutura de clivagens» proposta por Seymour Lipset e Stein Rokkan para explicarem a génese e desenvolvimento dos sistemas de partidos na Europa. Identificam uma constelação de quatro tipos básicos de clivagens, associadas a duas transformações revolucionárias. Assim, as *Revoluções Nacionais* – i.e., os movimentos que, sob o impulso da Revolução Francesa, conduziram à formação dos Estados-nação – criaram ou acentuaram¹⁵ duas clivagens: (i) *clivagem territorial*, que tem a ver com a resistência de regiões e identidades culturais (por exemplo, minorias linguísticas) periféricas ao processo de integração nacional conduzido pelas elites do *centro*; e (ii) *clivagem religiosa*, que se prende com o conflito entre Estado e Igreja, nomeadamente sobre o controlo da educação. Por seu turno, a *Revolução*

¹⁴ A descrição e análise crítica dos desenvolvimentos recentes nos modelos de organização e nos perfis ideológicos dos partidos políticos é feita, de modo aprofundado, na unidade curricular do 1º ciclo *Partidos Políticos e Organizações de Interesses*. Aqui limitamo-nos a traçar um breve panorama da transformação dos partidos, sublinhando a sua interacção com mudanças ocorridas na esfera eleitoral (já abordadas no final do anterior módulo temático) e nos padrões e lógicas de recrutamento político (a aflorar no próximo módulo temático).

¹⁵ Nalguns países, as clivagens territoriais e religiosas podem ter origem em processos iniciais de construção dos Estados (após Vestefália) ou nas guerras religiosas.

Industrial gerou outras duas clivagens: (iii) *clivagem urbano-rural*, que radica no conflito de interesses entre os sectores primário e secundário da economia; e (iv) *clivagem de classe*, que está ligada ao conflito entre capital e trabalho.

Segundo Lipset e Rokkan, este modelo analítico não prescreve qualquer determinismo sociológico, na medida em que a constelação de clivagens não se projecta mecânica e automaticamente na formação dos sistemas de partidos. Acresce, aliás, que a intensidade e persistência do conflito gerado por uma clivagem inicial pode inibir o impacto político de novas linhas de clivagem – por exemplo, em alguns países a clivagem religiosa subalternizou a clivagem de classe¹⁶. Salientam também que as três primeiras clivagens (territorial, religiosa e funcional) foram as que tiveram maior impacto na diferenciação entre os sistemas partidários dos vários países europeus (existência ou não de partidos regionais, cristãos ou agrários); pelo contrário, a clivagem classista teve um efeito de convergência, pois surgiram partidos de trabalhadores (socialistas e comunistas) em todos os países europeus. Sublinham, por último, que a difusão da representação proporcional na fase final de massificação do sufrágio nos começos do século XX contribuiu para estabilizar e «congelar» (*freeze*) o sistema de alternativas partidárias em vários países - «the party systems of the 1960s reflect, with few but significant exceptions, the cleavage structures of the 1920s» [Lipset e Rokkan (1967: 50)]. Uma proposição que descrevia correctamente a realidade visível, mas não antecipava as mudanças latentes que iriam manifestar-se a partir de meados da década de 1970 (declínio das identificações partidárias, volatilidade e realinhamentos eleitorais).

Aulas práticas (2): textos de leitura obrigatória.

(1ª)

- Max WEBER, “Bureaucracy”, in M. Weber, *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*, vol. 2, Berkeley, Calif., 1978, pp. 956-963 e 973-985.

(2ª)

- Stein ROKKAN, “Party Systems and the Model of Europe”, in S. Rokkan., *State Formation, Nation-Building and Mass Politics in Europe*, Oxford, 1999, pp. 320-340.

¹⁶ «The deeper and more persistent the church-state conflicts, the greater the fragmentation of the working class» [Rokkan (1999: 44)].

TEMA 5

Aulas teóricas:

O termo «elite» foi incorporado no vocabulário científico¹⁷ no dealbar do século XX por Vilfredo Pareto (1901), que forma com Gaetano Mosca (1896; 1939) e Robert Michels (1911) a tríade fundadora da chamada *teoria clássica das elites*. Esta assenta em quatro premissas de base. Primeiro, o domínio de uma minoria (as *elites*) sobre a maioria (as *massas*) é uma inevitabilidade, pois não se trata de uma mera contingência histórica, mas de uma constante da estrutura de poder em todas as sociedades. Segundo, as elites (governantes) detêm o monopólio dos recursos vitais de poder e dos lugares estratégicos de decisão, não estando subordinadas a um controlo efectivo das massas, independentemente da existência de rituais democráticos. A formulação mais eloquente desta incompatibilidade insanável entre elites e democracia é porventura a da «lei de ferro das oligarquias» de Michels, atrás enunciada. Terceiro, em todas as sociedades há uma distribuição desigual dos recursos que tende a ser cumulativa - a vantagem das *positions déjà prises* (Mosca) - e, nessa medida, riqueza, *status* social e poder político tendem a concentrar-se e a reforçar-se mutuamente, o que estimula o carácter monolítico, exclusivista e auto-reprodutivo das elites. Quarto, as elites são grupos coerentes (sociologicamente), coesos (em termos organizacionais) - tanto Mosca como Michels sublinharam o contraste decisivo entre os recursos organizacionais das elites e a desorganização das massas - e unidos (*i.e.*, com uma «vontade comum para a acção»). Trata-se, na formulação clássica de James Meisel (1958: 16), do predomínio dos «três Cs»: «goup cohesion, consciousness, conspiracy – the unity of being, thought, and purpose». Acrescente-se, por último, a proposição paretiana de que as elites estão expostas a um movimento contínuo de renovação - a «circulação das elites» -, cuja amplitude e intensidade é variável, e que constitui um mecanismo indispensável de «equilíbrio social», prevenindo a estagnação ou fossilização das sociedades.

A revisão crítica destes postulados, inspirada na definição de democracia proposta por Joseph Schumpeter¹⁸ (1943), deu origem à *teoria pluralista das elites* ou *elitismo democrático*, que tem em Robert Dahl – pela sua elaboração teórica (conceito

¹⁷ Para um útil inventário dos usos prévios do termo «elite» na linguagem comum, *vd.* Genieys (2012: 15-18).

¹⁸ «An institutional arrangement for arriving at political decisions in which individuals [as *elites*] acquire the power to decide by means of a competitive struggle for the people's vote» (Schumpeter, 1976: 269). *Vd.* referência bibliográfica na secção 2.3.

de *poliarquia*) e pesquisa empírica sobre *who governs?* na cidade americana de New Haven (1961) – uma das figuras mais proeminentes. Esta nova teoria sustenta que as desigualdades existem, mas são dispersas e não cumulativas, não existindo assim uma correlação necessária entre as hierarquias de riqueza, *status* e poder¹⁹; por outras palavras, o controlo de um recurso de poder não implica o controlo de outros recursos de poder, gerando assim elites mais diferenciadas e heterógeneas, cujos interesses podem não ser coalescentes, mas divergentes ou até contraditórios. Como sublinhou Robert Putnam (1976: 213), a crescente diferenciação estrutural e especialização funcional das sociedades modernas tende a reduzir a integração e coesão das elites. Por sua vez, a competição política, em particular na arena eleitoral, permite ao cidadão comum intervir no processo de selecção da «elite governante» e escrutinar regularmente a sua acção – ou seja, as elites não se furtam a um controlo democrático. A discussão e validação das proposições de ambas as teorias estimulou a investigação empírica sobre as elites, nomeadamente sobre as suas características sociais e processos de recrutamento.

Na literatura especializada há hoje um vasto consenso no sentido de considerar a estrutura e acção das elites²⁰ como uma «variável» importante, quando não mesmo decisiva, na explicação da dinâmica das sociedades e sistemas políticos modernos. Uma assunção que se baseia no seu papel activo na concepção e construção das instituições, na formação de coligações de poder, na produção de símbolos e valores centrais, em suma, na tomada de decisões vitais. Os estudos sobre modernização sublinharam o papel das «elites modernizadoras» e das lideranças carismáticas nos processos de mudança social e política [vd., por exemplo, Lasswell e Lerner (1965), Eisenstadt²¹ (1990) e Diamond *et al.*, dir. (1995)], e a literatura recente sobre mudanças de regime e as transições para a democracia tem destacado, com maior ou menor ênfase, a preeminência das estratégias, orientações e pactos das elites políticas [vd. Higley e Gunther (1992), Dogan e Higley, dir. (1998), Collier (1999) e Higley e Burton (2006)]. Não significa isso, porém, que as elites sejam os únicos protagonistas influentes e, muito menos, que tenham uma espécie de papel demiúrgico nas transformações

¹⁹ Na proposição incisiva de Geraint Parry (2005: 107), «a powerful man is not necessarily wealthy, a wealthy man not necessarily powerful».

²⁰ Sobre a estrutura das elites, e o seu impacto na configuração e dinâmica dos regimes políticos, vd. a classificação tripartida proposta por J. Higley e M. Burton (1989 e 2006): elites ideologicamente unificadas; elites consensualmente unidas; elites desunidas.

²¹ Vd. também a introdução de S.N. Eisenstadt à colectânea de textos de Max Weber, *On Charisma and Institution Building* (1968).

históricas. A mobilização de massas, os movimentos sociais, a opinião pública são igualmente importantes, não raro condicionando as acções e o poder decisório das elites, ou forçando a sua destituição ou substituição. Uma visão integrada, poliédrica, do desenvolvimento histórico pressupõe o estudo contextualizado dos vários actores sociais e políticos e das suas relações mútuas.

Para desfazer alguns equívocos persistentes, que os alunos amiúde reproduzem, é conveniente esclarecer o significado conceptual do termo «elite» na ciência (ou sociologia) política contemporânea. Genericamente, as elites são assim definidas por ocuparem as posições de topo (formais ou informais) nas várias hierarquias funcionais da sociedade. O termo «elite» é, pois, despojado de uma conotação normativa, não identificando um «escol» ou uma minoria «superior» ou «virtuosa»: as elites podem ser medíocres, incompetentes, corruptas ou imorais²². Em que medida o acesso às posições de mando e influência é aberto ou fechado, a «circulação da elite» é permeável ou não aos canais democráticos, é o que deve ser investigado e tem um «efeito revelador»²³ das características da estrutura social e das relações de poder numa dada sociedade [vd. Seligman (1964), Putnam (1976), Eldersveld (1993) e Etzioni-Halevy (1993)].

O estudo dos padrões de recrutamento das elites políticas – quem são, quais as suas credenciais, como são seleccionadas e por quem – constitui, de facto, um tema privilegiado nas pesquisas empíricas das últimas décadas. Se as perspectivas mais sociológicas focam preferencialmente as características sociodemográficas (classe social, educação, profissão, idade, género, etc.) e os itinerários de carreira política, procurando perceber em que medida podem influenciar as atitudes e comportamentos das elites, o neo-institucionalismo tem vincado a importância dos contextos institucionais nas lógicas de recrutamento – *i.e.*, as normas jurídico-constitucionais, o sistema eleitoral e o sistema de partidos modelam uma determinada «estrutura de oportunidades» (e constrangimentos) que afecta o «mercado» do recrutamento político, tanto do lado da oferta (motivações e recursos dos candidatos) como do lado da procura

²² Ao examinar o recrutamento da elite político-partidária americana em finais do século XIX, já James Bryce (1896) procurou compreender *Why the best men do not go into politics*.

²³ Como escreveu L.G. Seligman (1964: 612), «the elite recruitment pattern both reflects and affects the society. As a dependent variable it expresses the value system of the society and its degree of consistency and contradictions, the degree and the type of representativeness of the system, the basis of social stratification and its articulation with the political system, and the structure and change in political roles». E acrescenta: «As a factor which affects change, or as an independent variable, elite recruitment patterns determine avenues for political participation and *status*, influence the kind of policies that will be enacted, accelerate or retard changes, affect the distribution of *status* and prestige, and influence the stability of the system».

(critérios de quem selecciona) [vd., em particular, Norris, dir. (1997: 1-14)]. Assim, por exemplo, as regras legais e/ou o sistema eleitoral (magnitude dos círculos, tipo de lista) podem favorecer ou inibir as candidaturas a deputados de «independentes» e de mulheres.

A descrição e análise das principais continuidades, descontinuidades e mudanças no perfil das elites políticas contemporâneas, em especial na Europa²⁴, são feitas nas aulas a partir de uma selecção dos estudos comparados recentes mais relevantes sobre o recrutamento parlamentar [Norris, dir. (1997), Cotta e Best, dir. (2000 e 2007)] e ministerial [Blondel e Thiébault, dir. (1991), Almeida, Pinto e Bermeo, dir. (2003; 2012) e Dowding e Dumont, dir. (2008)].

As transformações ocorridas nos padrões de recrutamento não se processaram de modo linear, homogéneo e sincrónico, mas na longa duração sobressaem duas tendências comuns principais [Cotta e Best, dir. (2000 e 2007), Borchert e Zeiss, dir. (2003), e Alcántara Sáez (2012)]. Por um lado, a democratização, com a abertura e diversificação dos canais de selecção, de que são notórios testemunhos quer o declínio das origens aristocráticas e plutocráticas, e a actual preeminência das classes médias, quer a incorporação, ainda que tardia e lenta, das mulheres – quebrando-se assim uma aparente «lei de ferro da androgenia», como ironiza Putnam (1976: 33). Por outro lado, a profissionalização, profetizada por Max Weber, com a ascensão dos políticos a «tempo inteiro», com longas carreiras partidárias, para quem a política é uma vocação permanente e uma actividade remunerada. Duas tendências com lógicas distintas, potencialmente conflituais: enquanto a primeira é socialmente inclusiva, a segunda tem um efeito segregador, demarcando uma linha divisória entre os *insiders* e os *outsiders*. Num sentido contrastante, ainda que com um menor grau de generalização, e observável sobretudo na formação das elites ministeriais, é o protagonismo crescente dos especialistas ou tecnocratas, sem um verdadeiro currículo político. Sem experiência parlamentar ou de militância partidária, dois requisitos essenciais no *cursus honorum* dos ministeriáveis na generalidade das democracias europeias até à década de 1980 [vd. Blondel e Thiébault, dir. (1991)], têm como trunfo os seus conhecimentos especializados e competências técnicas, particularmente valorizados num contexto de maior complexificação do governo da Pólis e quando se acentua o distanciamento e desconfiança das opiniões públicas em relação aos partidos e à «classe política». A

²⁴ Pontualmente, são feitas algumas comparações com a América Latina, com base nas obras de Centeno e Silva, dir. (1998), Morgenstern e Siavelis, dir. (2008), e Alcántara Sáez (2012).

dinâmica tecnocrática nas sociedades industriais avançadas e as suas implicações na esfera política, nomeadamente na composição das elites governantes, foram diagnosticadas num estudo precursor de Jean Meynaud (1964)²⁵, que considerou «le dessaisissement de l'homme politique au profit du technicien» como «un phénomène de la plus haute importance pour l'avenir du système démocratique de gouvernement». Também Daniel Bell (1973) asseverou que «in the post-industrial society, technical skills became the base of education and the mode of access to power»²⁶, e no mesmo sentido se pronunciou Robert Putnam (1976: 205) ao sublinhar que «the economic, social, and political trends in advanced industrial societies seem to portend a technocratic or managerial transformation of political elites». À anterior oposição entre «políticos amadores» e «políticos profissionais», sucede a distinção entre «políticos» (com uma formação «generalista») e «especialistas». Esta nova dualidade, que é real e tem consequências iniludíveis, não deve ser todavia equacionada como uma dicotomia rígida. Não há um Rubicão intransponível entre «competências políticas» e «competências técnicas». A profissionalização dos políticos consistiu também na aquisição de conhecimentos específicos próprios de domínios sectoriais da vida pública (por exemplo, através de longos tirocínios em comissões parlamentares especializadas), com a consequente afirmação da figura híbrida do «político-especialista». O projecto que temos em curso sobre *Ministros Tecnocratas e Independentes nas Democracias Europeias* - um assunto candente na actual conjuntura de crise (vd., por exemplo, os casos grego e italiano) -, permite carrear dados originais e ideias em elaboração, conjugando assim investigação e ensino.

A finalizar este último bloco temático do Programa, fazemos ainda uma breve incursão num outro importante eixo de pesquisa empírica sobre as elites políticas – o das suas opiniões e atitudes. Alguns resultados de inquéritos recentes, nomeadamente os realizados no âmbito do *IntUne* sobre questões relativas à identidade e integração europeias [vd. Conti *et al.*, dir. (2012), e Best *et al.*, dir. (2012); e, ainda, Haller (2008)], permitem estabelecer interessantes comparações entre os «mapas cognitivos» das elites (políticas e económicas) de vários países, e os destas e os das respectivas opiniões públicas nacionais (o nexos entre «elites» e «massas»).

²⁵ Sob um ângulo diverso, mas conexo, vd. também o contributo clássico de Burnham (1941) sobre o impacto da «managerial revolution» (em particular, o cap. X).

²⁶ Cit. in Putnam (1976: 204).

Aulas práticas (2): textos de leitura obrigatória.**(1ª)**

- John Higley e Michael G. BURTON, “The Elite Variable in Democratic Transitions and Breakdowns”, *American Sociological Review*, 54, 1989, pp. 17-32.
- Pippa NORRIS, “Theories of Recruitment”, in P. Norris, dir., *Passages to Power*, Cambridge, 1997, pp. 1-14.

(2ª)

- Jens BORCHERT, “Professional Politicians: Towards a Comparative Perspective”, in J. Borchert e J. Zeiss, dir., *The Political Class in Advanced Democracies*, Oxford, 2003, pp. 6-18.
- Maurizio COTTA e Heinrich BEST, “Between Professionalization and Democratization: A Synoptic View on the Making of the European Representative”, in M. Cotta e H. Best, dir., *Parliamentary Representatives in Europe, 1848-2000*, Oxford, 2000, pp. 493-506 e 520-525.

4. Bibliografia: roteiro temático e comentado

OBRAS DE CONSULTA: Enciclopédias, Dicionários e Manuais

- BADIE (Bertrand), BERG-SCHLOSSER (Dirk) e MORLINO (Leonardo), dir., *International Encyclopedia of Political Science*, 8 vols., Thousand Oaks, Calif., Sage Publications, 2011.
- BOGDANOR (Vernon), dir., *The Blackwell Encyclopaedia of Political Institutions*, Oxford, Basil Blackwell, 1987.
- LIPSET (Seymour M.), dir., *The Encyclopedia of Democracy*, 4 vols., Londres, Routledge, 1995.
- NOHLEN (Dieter), dir., *Diccionario de Ciencia Política: teorías, métodos, conceptos*, trad. do alemão, 2 vols., México, Porrúa, 2006.
- RHODES (R.A.W.) et al., dir., *The Oxford Handbook of Political Institutions*, Oxford, OUP, 2007.
- DALTON (Russell J.) e KLINGEMANN (Hans-Dieter), dir., *The Oxford Handbook of Political Behavior*, Oxford, OUP, 2007.
- GOODWIN (Robert E.) e KLINGEMANN (Hans-Dieter), dir., *A New Handbook of Political Science*, Oxford, OUP, 1996.
- GOODWIN (Robert E.) e TILLY (Charles), dir., *The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*, Oxford, OUP, 2006.
- GREENSTEIN (Fred) e POLSBY (Nelson), dir., *Handbook of Political Science*, 8 vols., Reading, Mass., Addison-Wesley, 1975.
- LECA (Jean) e GRAWITZ (Madeleine), dir., *Traité de science politique*, 4 vols., Paris, PUF, 1985.
- ROSE (Richard), dir., *International Encyclopedia of Elections*, Basingstoke e Oxford, Macmillan, 2000.
- SILLS (David L.), dir., *International Encyclopaedia of the Social Sciences*, 17 vols., New York, Macmillan Co., 1968 [reimpr.:1972].
Na biblioteca da FCSH há também a edição em castelhano.

TEMA 1

O ESTUDO DA POLÍTICA

ALMOND (Gabriel A.), “The Return to the State”, *American Political Science Review*, 82, 1988, pp. 853-74.

ALMOND (Gabriel A.) e POWELL, G. Bingham, *Comparative Politics. System, Process, and Policy*, 2ª ed., Boston e Toronto, Little, Brown and Company, 1978 [1ªed.: 1966].

BALL (Terence) *et al.*, dir., *Political Innovation and Conceptual Change*, Cambridge, CUP, 1989.

COLLINI (Stefan.) *et al.*, *That Noble Science of Politics. A Study in Nineteenth-century Intellectual History*, Cambridge, CUP, 1983.

Sobre a importância do método comparativo na gênese da Ciência Política, ver “The clue to the maze: the appeal of the Comparative Method” (cap. VII).

DAHL (Robert A.), “The Behavioral Approach in Political Science: Epitaph for a Monument to a Successful Protest”, *American Political Science Review*, 55, 1961, pp. 762-72.

DAHL (Robert A.), *Modern Political Analysis*, 6ª ed., Englewood Cliffs, N.J., Prentice Hall, 2003 [1ª ed.: 1970].

Há tradução portuguesa: *Análise Política Moderna*, Brasília, UNB, 1981. *

DIERMEIER (D.) e KREHBIEL (K.), “Institutionalism as a Methodology”, *Journal of Theoretical Politics*, 15, 2003, pp. 123-45.

DOWSE (Robert E.) e HUGHES (John A.), *Political Sociology*, New York, John Wiley & Sons, 1972.

EASTON (David), *The Political System. An Inquiry into the State of Political Science*, 2ª ed., New York, Alfred A. Knopf, 1971 [1ª ed.: 1953].

Há tradução portuguesa de um texto de D. Easton que descreve, de forma concisa e eloquente, os fundamentos e a mecânica do modelo de análise sistêmica da política (vd. Pierre BIRNBAUM e François CHAZEL, org., *Sociologia Política*, I, Lisboa, Editorial Presença, 1975).

EASTON (David) *et al.*, dir., *The Development of Political Science*, Londres, Routledge, 1991.

FARR (James) *et al.*, *Political Science in History: Research Programs and Political Traditions*, Cambridge, CUP, 1995.

FAVRE (Pierre), *Naissances de la science politique en France, 1870-1914*, Paris, Fayard, 1989.

- HALL (Peter A.) e TAYLOR (Rosemary C.R.), “Political Science and the Three New Institutionalisms”, *Political Studies*, 54, 1996, pp. 936-957.
- KOELBLE (Thomas A.), “The New Institutionalism in Political Science and Sociology. Review Article”, *Comparative Politics*, 27 (2), Jan. 1995, pp. 231-243.
- LASSWELL (Harold D.), *Politics. Who Gets What, When, How*, reimpr., New York, Peter Smith, 1950 [1ª ed.: 1936].
- LIPSET (Seymour M.), dir., *Politics and the Social Sciences*, New York, Oxford University Press, 1969.
Há tradução portuguesa: *Política e Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.
- MARCH (James) e OLSEN (Johan), *Rediscovering Institutions: The Organizational Basis of Politics*, New York, Free Press, 1989.
- MARSH (David) e STOKER (Gerry), dir., *Theory and Methods in Political Science*, Basingstoke, Macmillan, 1995.
- NORTH (Douglass C.), *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, Cambridge, CUP, 1990.
- OLSON (Mancur), *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups*, 16ª reimpr., Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1995 [1ª ed.: 1965].
- PETERS (B.G.), *Institutional Theory in Political Science. The “New Institutionalism”*, 2ª ed., Londres e New York, Continuum, 2005 [1ª ed.: 1999].
- RICCI (David M.), *The Tragedy of Political Science. Politics, Scholarship, and Democracy*, New Haven, Conn., Yale University Press, 1984.
- SAIT (Edward M.) [1881-1943], *Political Institutions: A Preface*, New York e Londres, D. Appleton-Century Company, 1938.
- SEIDELMAN (Raymond), *Disenchanted Realists: Political Science and the American Crisis, 1884-1984*, Albany, NY, State University of New York Press, 1985.
- WILSON (Woodrow) [1856-1924], *The State: Elements of Historical and Practical Politics. A Sketch of Institutional History and Administration*, Formingdale, NY, Dabor Social Science Publications, 1978 [1ª ed.: Boston, 1889].
Um exemplo ilustrativo da abordagem institucional «clássica», que fundou a ciência política como ciência do Estado (*Staatswissenschaft*).

TEMA 2

MODERNIDADE, MODERNIZAÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA

2.1. A natureza e dinâmica das sociedades e sistemas políticos modernos

BENDIX (Reinhard), *Nation-Building and Citizenship. Studies of our changing social order*, ed. aumentada, Berkeley, Calif., University of California Press, 1977 [1ª ed.: 1964].

BINDER (Leonard) *et al.*, *Crises and Sequences in Political Development*, Princeton, NJ, Princeton University Press, 1971.

CARNERO ARBAT (Teresa), dir., *Modernización, desarrollo político y cambio social*, Madrid, Alianza Editorial, 1992.

EISENSTADT (S.N.), *A dinâmica das civilizações. Tradição e modernidade*, introd. de P. Tavares de Almeida *et al.*, Lisboa, Edições Cosmos, 1990.

EISENSTADT (S.N.), *Múltiplas modernidades. Ensaio*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007 *.

EVANS (Peter) *et al.*, dir., *Bringing the State Back In*, Cambridge, CUP, 1985.

GIDDENS (Anthony), *The Consequences of Modernity*, Cambridge, Polity, 1990.
Há tradução portuguesa: *As consequências da modernidade*, 4ª ed., Oeiras, Celta, 2005.

HARRISON (David), *The Sociology of Modernization and Development*, reimpr., Londres, Routledge, 1997.

HUNTINGTON (Samuel P.), “Political Modernization: America vs. Europe”, *World Politics*, 18, 1966, pp. 378-414.

HUNTINGTON (Samuel P.), *Political Order in Changing Societies*, pref. de Francis Fukuyama, New Haven, Conn, Yale University Press, 2006 [1ª ed.: 1968].
Há tradução portuguesa: *Ordem política nas sociedades em mudança*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1975.
Vd. a recensão crítica de Alexander J. GROTH, “The Institutional Myth: Huntington’s Order Revisited”, *The Review of Politics*, 41 (2), April 1979, pp. 203-34

LUHMANN (Niklas), *The Differentiation of Society*, New York, Columbia University Press, 1982.

MANN (Michael), *The Sources of Social Power*, vol. 2 (*The Rise of Classes and Nation-States*), Cambridge, CUP, 1993.

ORGANSKI (A.F.K.), *The Stages of Political Development*, New York, Knopf, 1965.

POGGI (Gianfranco), *The Development of the Modern State. A Sociological Introduction*, Londres, Hutchinson & Co., 1978.

ROKKAN (Stein), *State Formation, Nation-Building and Mass Politics in Europe*, ed. organizada por Peter Flora *et al.*, Oxford, OUP, 1999 *.

SILBERMAN (Bernard S.), *Cages of Reason. The Rise of the Rational State in France, Japan, the United States, and Great Britain*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press, 1993.

SKOCPOL (Theda), *State and Social Revolutions: A Comparative Analysis of France, Russia, and China*, Cambridge, CUP, 1979.

SZTOMPKA (Piotr), *The Sociology of Social Change*, Oxford, Blackwell, 1993.
Vd., em particular, o ensaio “Modernity and Beyond” (pp. 69-85).

TILLY (Charles), dir., *The Formation of Nation-States in Western Europe*, Princeton, NJ, Princeton University Press, 1975.

2.2. Estabilidade, mudança e protesto: consenso vs. conflito

ANDRAIN (Charles F.) e APTER (David E.), *Political Protest and Social Change. Analyzing Politics*, New York, New York University Press, 1995.

COSER (Lewis A.), *The Functions of Social Conflict*, New York, The Free Press, 1956.
Uma obra de referência que, na esteira da reflexão inovadora de G. Simmel, rompe com a dicotomia clássica «teorias do conflito vs. teorias da integração».

DAHRENDORF (Ralf), *Class and Class Conflict in Industrial Society*, reimpr., Londres, Routledge & Kegan Paul, 1976 [1ª ed., em alemão: 1957].
Vd., em particular, a Parte II (“Toward a Sociological Theory of Conflict in Industrial Society”).

LIPSET (Seymour Martin), *Consensus and Conflict: Essays in Political Sociology*, New Brunswick, NJ, Transaction Books, 1985.
Há tradução portuguesa: *Consenso e conflito*, Lisboa, Gradiva, 1992.

LUHMAN (Niklas), *Legitimação pelo procedimento*, Brasília, UNB, 1980.
Vd., em particular, o capítulo VI (“Conflito permitido”).

SIMMEL (Georg) [1858-1918], “La lucha”, in G. SIMMEL, *Sociología. Estudios sobre las formas de socialización*, vol. 1, Madrid, Alianza Editorial, 1986, pp. 265-355 [ed. original, em alemão: 1908].
Um texto fundamental, e um dos mais fecundos, na teoria do conflito social, onde o A. sublinha a função socializadora da «luta» e o papel integrador do «conflito institucionalizado».

2.3. Democracia e democratização: premissas institucionais, condições necessárias ou favoráveis, e trajetórias históricas.

- ACEMOGLU (Daron) e ROBINSON (James A.), *Economic Origins of Dictatorship and Democracy*, Cambridge, CUP, 2005.
- BERMEO (Nancy), *Ordinary People in Extraordinary Times. The Citizenry and the Breakdown of Democracy*, Princeton, NJ, Princeton University Press, 2003.
- BERMEO (Nancy) e NORD (Philip), dir., *Civil Society Before Democracy: Lessons from Nineteenth-Century Europe*, Lanham, Md., Rowman and Littlefield, 2000.
- BOIX (C.), *Democracy and Redistribution*, Cambridge, Cambridge University Press, 2003.
- CAPOCCIA (Giovanni) e ZIBLATT (Daniel), “The Historical Turn in Democratization Studies: A New Research Agenda for Europe and Beyond”, *Comparative Political Studies*, 43 (8/9), 2010, pp. 931-968.
- COLLIER (David) e LEVITSKY (Steven), “Democracy with Adjectives: Conceptual Innovation in Comparative Research”, *World Politics*, 49 (3), Abril 1997, pp. 430-51.
- DAHL (Robert A.), *On Democracy*, New Haven, Conn., Yale University Press, 1999. * Há tradução portuguesa: *Democracia*, Lisboa, Temas & Debates, 2000.
- DIAMOND (L.) et al., dir., *Politics in Developing Countries. Comparing Experiences with Democracy*, 2ª ed., Boulder, Colo., Lynne Rienner, 1995.
- ERTMAN (Thomas), “Democracy and Dictatorship in Inter-war Western Europe Revisited”, *World Politics*, 50 (3), April 1998, pp. 475-505.
- GREW (Raymond), dir., *Crises of Political Development in Europe and the United States*, Princeton, NJ, Princeton University Press, 1978.
- INGLEHART (Ronald), “Trust, Well-being and Democracy”, in Mark E. WARREN, dir., *Democracy and Trust*, Cambridge, CUP, 1999, pp. 88-120.
- LIJPHART (Arend), *Democracy in Plural Societies: A Comparative Exploration*, New Haven, Conn., Yale University Press, 1977.
Há tradução portuguesa: *As democracias contemporâneas*, Lisboa, Gradiva, 1989.
- LIJPHART (Arend), *Thinking about Democracy: Power Sharing and Majority Rule in Theory and Practice*, Londres e New York, Routledge, 2008.

- LIPSET (Seymour M.), *Political Man. The Social Bases of Politics*, ed. aumentada, Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press, 1981 [1ª ed.: 1960].
Há tradução portuguesa: *O homem político*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.
- LIPSET (Seymour M.), “Some Social Requisites of Democracy”, in Roy C. MACRIDIS & B. BROWN, dir., *Comparative Politics. Notes and Readings*, 3ª ed., Homewood, Ill., The Dorsey Press, 1968, pp. 161-76.
- LUEBBERT (G.), *Liberalism, Fascism and Social Democracy*, Oxford, Oxford University Press, 1991.
À semelhança de Barrington Moore (1966) e de Rueschmeier (1993), o Autor aponta como variável crucial nos processos de democratização o papel das classes e coligações de classes, mas diferencia-se destacando a capacidade dos partidos liberais em cooptarem os partidos dos trabalhadores.
- MOORE Jr. (Barrington), *Social Origins of Dictatorship and Democracy: Lord and Peasant in the Making of the Modern World*, Boston, Beacon Press, 1993 [1ª ed.: 1966]
Há tradução portuguesa: *As origens sociais da ditadura e da democracia. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*, Lisboa, Edições Cosmos, 1975. Vd. reedição recente, com extenso estudo introdutório de Diogo Ramada Curto *et al.*: Lisboa, Edições 70, Coleção *História e Sociedade*, 2010. Vd. as recensões críticas a esta obra de referência por Jonathan M. WIENER, “The Barrington Moore Thesis and Its Critics”, *Theory and Society*, 2, 1975, pp. 301-30, e por John D. STEPHENS, “Democratic Transition and Breakdown in Western Europe, 1870-1939: A Test of the Moore Thesis”, *American Journal of Sociology*, 94 (5), Março 1989, pp. 1019-77.
- NORRIS (Pippa), *Driving Democracy: Do Power Sharing Institutions Work?*, Cambridge, CUP, 2008.
- PRZEWORSKI (Adam) e LIMONGI (Fernando), “Modernization: Theories and Facts”, *World Politics*, 49 (1), Janeiro 1997, pp. 155-83.
- PRZEWORSKI (Adam) *et al.*, *Democracy and Development. Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990*, Cambridge, CUP, 2000.
- RONIGER (Luis) e GÜNES-AYATA (Ayse), dir., *Democracy, Clientelism and Civil Society*, Boulder, Colo., Lynne Rienner Publishers, 1994.
- RUESCHEMEYER (D.) *et al.*, *Capitalist Development and Democracy*, Cambridge, Polity, 1992.
Foca os factores de longa duração no desenvolvimento dos regimes políticos, sublinhando o impacto das variáveis domésticas, em particular a força dos partidos e movimentos de trabalhadores, nos processos de democratização.
- SCHUMPETER (Joseph A.) [1883-1950], “Another Theory of Democracy”, in J.A. Schumpeter, *Capitalism, Socialism and Democracy*, 5ª ed., Londres, George Allen & Unwin, 1976, pp. 269-83 [1ª ed.: 1943].
Um marco fundamental na inovação conceptual da teoria da democracia, consagrando uma definição minimalista baseada em critérios procedimentais,

que teve um impacto crucial no desenvolvimento da Ciência Política. Para um interessante e bem documentado retrato intelectual do A., vd. a introdução de Richard Swedberg ("Joseph A. Schumpeter: A Biographical Profile") à colectânea de ensaios de Joseph A. SCHUMPETER, *The Economics and Sociology of Capitalism*, Princeton, NJ, Princeton University Press, 1991, pp. 3-98.

WEBER (Max) [1864-1920], "The Conditions of Direct Democracy and of Administration by Notables" e "Representation", in M. WEBER, *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*, edição org. por Guenther Roth & Claus Wittich, reimpr., vol. 1, Berkeley, Calif., University of California Press, 1978, pp. 289-301 [1ª ed. alemã: 1921-22].

TEMA 3

ELEIÇÕES E COMPORTAMENTOS ELEITORAIS

3.1. Cidadania, eleições e estruturação do espaço político nacional

BARTOLINI (Stefano) e MAIR (Peter), *Identity, Competition and Electoral Availability: The Stabilisation of European Electorates, 1885-1985*, Cambridge, CUP, 1990.

BENDIX (Reinhard) e ROKKAN (Stein), "The Extension of Citizenship to the Lower Classes", in Mattei DOGAN & Richard ROSE, dir., *European Politics: A Reader*, Boston, Mass., Little, Brown, and Co., 1971, pp. 12-23.

CARAMANI (Daniele), *The Formation of National Electorates and Party Systems in Western Europe*, Cambridge, CUP, 2004.

FORNER (Salvador), dir., *Democracia, elecciones y modernización en Europa, siglos XIX y XX*, Madrid, Cátedra, 1997.

GAUBATZ (Kurt Taylor), *Elections and War. The Electoral Incentive in the Democratic Politics of War and Peace*, Stanford, Calif., Stanford University Press, 1999.

KATZ (Richard S.), *Democracy and Elections*, Oxford, OUP, 1997.

MARSHALL (Thomas H.), *Citizenship and Social Class*, Londres, Pluto Press, 1992 [1ª ed.: 1950].

Há tradução portuguesa: *Cidadania, classe social e status*, introd. de Phillippe C. Schmitter, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

- POSADA-CARBÒ (Eduardo), *Elections before Democracy. The History of Elections in Europe and Latin America*, Basingstoke, Macmillan Press, 1996.
- PRZEWORSKI (Adam), “Conquered or Granted? A History of Suffrage Extensions”, *British Journal of Political Science*, 39, 2008, pp. 291-321.
- ROKKAN (Stein), “Mass Suffrage, Secret Voting, and Political Participation”, *European Journal of Sociology*, 1, 1961, pp. 132-52.
- ROKKAN (Stein) *et al.*, *Citizens, Elections, Parties: Approaches to the Comparative Study of the Processes of Development*, Oslo, Universitetsforlaget, 1970.
- ROMANELLI (Raffaele), dir., *How Did They Become Voters? The History of Franchise in Modern European Representation*, Haia, Londres e Boston, Kluwer Law International, 1998.
- ROMANELLI (Raffaele), “Sistemas eleitorais”, in R.ROMANELLI, *Duplo Movimento. Ensaios, Lisboa, livros Horizonte, 2008, pp. 36-79.*
- SEYMOUR (Charles) e FRARY (Donald P.), *How the World Votes. The Story of Democratic Development in Elections*, 2 vols., Springfield, Mass., C.A. Nichols Company, 1918.
- ZIBLATT (David), “How Did Europe Democratize”, *World Politics*, 58, 2006, pp. 311-338.

3.2. Os sistemas eleitorais e os seus efeitos políticos

3.2.1. Estudos pioneiros

- BAGEHOT (Walter) [1826-1877], *The English Constitution*, Glasgow, Fontana/Collins, 1983 [1ª ed.: 1867; ampliada em 1872].
Vd., em particular, o capítulo IV (“The House of Commons”), que contém o cânone clássico da argumentação a favor da RM e do método de escrutínio «à inglesa» - o «first-past-the-post» ou «modelo de Westminster».
- CÂNDIDO (António) [1850-1922], *Princípios e Questões de Philosophia Politica*, 2 vols., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1878-1881 [reedição facsimilada: 1998].
Um excelente estudo sobre as teorias do sufrágio e as consequências políticas dos sistemas eleitorais, no qual o A. advoga a universalização do voto e a RP. Ombreando com a melhor literatura especializada então publicada além-fronteiras, constitui uma das obras pioneiras da Ciência Política em Portugal.
- D’HONDT (Victor) [1841-1901], *Système pratique et raisonné de représentation proportionnelle*, Bruxelas, Librairie C. Muquardt, 1882.
O método eleitoral da «média mais alta» proposto por Hondt foi adoptado em 1899 na Bélgica, o primeiro país a aplicar um sistema exclusivo de RP em eleições legislativas. Tem sido também o método de RP adoptado em Portugal: 1911-15, parcialmente (Lisboa e Porto), e desde 1975, estando actualmente plasmado no próprio texto constitucional.

HARE (Thomas) [1806-1891], *The Machinery of Representation*, Londres, W. Maxwell, 1857.

Panfleto onde foram expostos pela primeira vez os fundamentos e a mecânica do método de «representação pessoal» inventado pelo A. (o primeiro método de RP, hoje designado «voto único transferível»). O tema seria aprofundado em *A Treatise on the Election of Representatives, Parliamentary and Municipal: A Treatise* (Londres, 1859). Sobre a figura e a obra de Thomas Hare (1806-1891), vd. o estudo recente de F.D. Parsons, *Thomas Hare and Political Representation in Victorian Britain*, New York, Palgrave, 2009.

HERMENS (Ferdinand) [1906-1998], *Democracy or Anarchy? A Study of Proportional Representation*, New York, Johnson Reprint Corporation, 1972 [1ª ed.: 1941]

Uma das críticas mais radicais da RP, considerada um dos principais factores responsáveis pelo colapso de várias democracias no período entre-Guerras. Dito de outro modo, o A. considera o sistema eleitoral como a «variável independente» e o funcionamento da democracia como a «variável dependente», exemplificando assim uma tradição analítica em que os dispositivos institucionais «contam» e têm efeitos autónomos na configuração e dinâmica do campo político.

MILL (J. Stuart) [1806-1873], *Considerations on Representative Government*, New York, Prometheus Book, 1991 [1ª ed.: Londres, 1861].

Há tradução portuguesa: *O Governo Representativo*, Lisboa, Arcádia, 1967.

Vd., em particular, o capítulo VII (“Of True and False Democracy; Representation of All, and Representation of the Majority Only”), onde o A. sublinha as virtudes da «representação das minorias» e advoga o método de RP inventado por Thomas Hare.

3.2.2. A literatura e o debate científico contemporâneos

AHMED (Amel), “Reading History Forward: The Origins of Electoral Systems in European Democracies”, *Comparative Political Studies*, 43 (8/9), 2010, pp. 1059-88.

BOGDANOR (Vernon) e BUTLER (David), dir., *Democracy and Elections: Electoral Systems and Their Political Consequences*, Cambridge, CUP, 1983.

COX (Gary W.), *Making Votes Count. Strategic Coordination in the World’s Electoral Systems*, Cambridge, CUP, 1997.

CRUZ (M. Braga da), coord., *Sistemas eleitorais: o debate científico*, Lisboa, ICS, 1998.

DIAMOND (Larry) e PLATTNER (Marc. F.), dir., *Electoral Systems and Democracy*, Baltimore, Md., Johns Hopkins University Press, 2006.

DUVERGER (Maurice), *L’influence des systèmes électoraux sur la vie politique*, pref. de André Siegfried, Paris, Librairie Armand Colin, 1950.

GROFMAN (Bernard) e HANDLEY (Lisa), dir., *Redistricting in Comparative Politics*, Oxford, OUP, 2008.

- LIIPHART (Arend) e GROFMAN (Bernard), dir., *Electoral Laws and Their Political Consequences*, New York, Agathon Press, 1986.
- LIIPHART (Arend) e GROFMAN (Bernard), dir., *Choosing an Electoral System: Issues and Alternatives*, New York, Praeger Publishers, 1984.
- NOHLEN (Dieter), *Elecciones y sistemas electorales*, 3ª ed., Caracas, Fundación Friedrich Ebert & Nueva Sociedad, 1995.
- NOHLEN (Dieter), *Os sistemas eleitorais: o contexto faz a diferença*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007 *.
- NORRIS (Pippa), *Electoral Engineering. Voting Rules and Political Behavior*, Cambridge, CUP, 2003.
- POWELL Jr. (G. Bingham), *Elections as Instruments of Democracy: Majoritarian and Proportional Visions*, New Haven, Conn., Yale University Press, 2000.
- RAE (Douglas W.), *The Political Consequences of Electoral Laws*, 2ª ed. revista, New Haven, Conn., Yale University Press, 1971 [1ª ed.: 1967]
- REYNOLDS (Andrew) *et al.*, *The International IDEA Handbook of Electoral System Design*, Estocolmo, IDEA, 1997.
- TAAGEPERA (Rein) e SHUGART (Matthew S.), *Seats and Votes. The Effects and Determinants of Electoral Systems*, New Haven, Conn., Yale University Press, 1989.

3.3. As teorias explicativa do voto e as dinâmicas eleitorais

3.3.1. Estudos pioneiros

- GOSNELL (Harold F.) [1896-1997], *Why Europe Votes*, Chicago, The University of Chicago Press, 1930.
O A. procura indagar as causas da elevada participação eleitoral nas democracias europeias, que contrastava com a crescente abstenção nas eleições americanas. Identifica alguns factores políticos e institucionais (a eficácia mobilizadora dos partidos; os sistemas de RP) que estimulam a afluência às urnas, bem como certas características socioeconómicas e culturais (urbanização, status ocupacional e escolaridade mais elevados) que estão positivamente associadas com a participação eleitoral.
- GOSNELL (Harold F.) e MERRIAM (Charles E.), *Non-Voting: Causes and Methods of Control*, Chicago, The University of Chicago Press, 1924.
Estudo pioneiro sobre as causas da abstenção, baseado numa amostra aleatória de seis mil eleitores que não votaram nas eleições municipais de 1923 em Chicago. Harold Gosnell deu continuidade a este estudo monográfico em *Getting Out the Vote: An Experiment in the Stimulation of Voting* (Chicago, 1927).

SIEGFRIED (André) [1875-1959], *Tableau Politique de la France de l'Ouest sous la Troisième République*, Genebra e Paris, Slatkine Reprints, 1980 [1ª ed.: 1913].

A obra fundadora da tradição do estudo científico do voto, que procura decifrar a intrigante estabilidade secular dos comportamentos eleitorais nos departamentos do oeste de França. Recorrendo a um método cartográfico inovador, estabelece hipotéticas relações de causalidade («correlações visuais», na expressão de Guy Hermet) entre os dados eleitorais e diversas variáveis contextuais (tipo de *habitat*, estrutura da propriedade fundiária, influência da religião, etc.). Sublinha a importância, como variável explicativa, do *território* - que não é um espaço neutro e, por isso, condiciona (não de forma directa e mecânica) os modos de interacção social e política -, cunhando a nebulosa noção de «temperamentos políticos regionais». Se bem que privilegie as variáveis de índole «estrutural» para compreender um fenómeno de estabilidade e continuidade, não é insensível ao impacto de factores conjunturais nas oscilações na afluência às urnas, introduzindo a útil distinção entre «eleições de luta» e «eleições de acalmia».

Para uma reavaliação crítica desta obra, vd. AAVV, *L'oeuvre scientifique d'André Siegfried*, Paris, Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 1977.

TINGSTEN (Herbert) [1896-1973], *Political Behavior: Studies in Election Statistics*, Londres, P.S. King, 1937.

Um estudo comparativo dos comportamentos eleitorais em várias democracias europeias, onde se procura correlacionar uma série de características sociodemográficas do eleitorado – sexo, idade, escolaridade, profissão e níveis de integração social (aferidos por dois indicadores: antiguidade da residência e número de casados) – com a participação eleitoral e a orientação política do voto. Foi um dos primeiros a estabelecer uma relação curvilínea (U invertido) entre idade e participação eleitoral.

3.3.2. A literatura e o debate científico contemporâneos

ARZHEIMER (Karl) e EVANS (Jocelyn), dir., *Electoral Behaviour*, 4 vols., Londres, Sage, 2008.

Uma vasta e utilíssima compilação dos textos mais importantes sobre os comportamentos eleitorais publicados desde a década de 1960.

BROUGHTON (David) e NAPEL (Hans-Martien), dir., *Religion and Mass Electoral Behaviour in Europe*, Londres, Routledge, 2000.

CAMPBELL (Angus) et al., *The American Voter*, Nova Iorque, Wiley, 1960.

A obra emblemática do grupo de investigadores do Survey Research Center da Universidade de Michigan, que deu origem ao modelo sociopsicológico de explicação do voto (o «modelo de Michigan»). O estudo postula a preeminência das «identificações partidárias» na determinação das atitudes e escolhas eleitorais (avaliação dos candidatos e das «political issues»). A formação e cristalização das identificações partidárias resultam da combinação de variáveis socioeconómicas e psicológicas, sendo realçado o papel dos processos de socialização familiar. Exceptuando em conjunturas críticas, que podem gerar as «eleições de realinhamento», as lealdades partidárias da maioria dos votantes tendem a manter-se constantes ao longo da vida, sendo mesmo transmitidas de

pais para filhos, actuando assim com um poderoso factor de estabilidade (e previsibilidade) dos comportamentos eleitorais.

CATT (Helena), *Voting Behaviour: A Radical Critique*, Londres, Leicester University Press, 1996.

DALTON (Russell J.) *et al.*, dir., *Electoral Change in Advanced Industrial Democracies: Realignment or Dealignment*, Princeton, NJ, Princeton University Press, 1984.

DALTON (Russell J.) *et al.*, “Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas”, *Análise Social*, 38 (167), 2003, pp. 295-320.

DENNI (Bernard) e BRÉCHON (Pierre), “Les méthodologies de l’analyse électorale”, in Daniel GAXIE, dir., *Explication du Vote. Un bilan des études électorales en France*, Paris, Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 1985, pp. 49-73.

DOGAN (Mattei), “Le déclin du vote de classe et du vote religieux en Europe occidentale”, *Revue internationale des sciences sociales*, 146, Dezembro 1995, pp. 601-16.

DOWNS (Anthony), *An Economic Theory of Democracy*, New York, Harper & Row, 1957.

Um dos estudos percursores da teoria da «acção (ou escolha) racional», que teve um grande impacto nos modelos explicativos do voto. Baseia-se em duas premissas fundamentais: (i) «parties act to maximize votes» e (ii) «citizens behave rationally in politics» - i.e., procuram maximizar a utilidade das suas decisões, avaliando os custos e benefícios. Assim, no que respeita à decisão de votar ou se abster, «if the return outweighs the costs, he votes; if not, he abstains».

DUCH (Raymond M.) e STEVENSON (Randolph T.), *The Economic Vote: How Political and Economic Institutions Condition Election Results*, Cambridge, CUP, 2008.

ELDERSVELD (Samuel J.), “Theory and Method in Voting Behavior Research”, *The Journal of Politics*, 13 (1), Fevereiro 1951, pp. 70-87.

FRANKLIN (Mark N.), *Voter Turnout and the Dynamics of Electoral Competition in Established Democracies Since 1945*, Cambridge, CUP, 2004.

FREIRE (André), *Modelos do Comportamento Eleitoral. Uma breve introdução crítica*, Oeiras, Celta Editora, 2000.

FREIRE (André), *Esquerda e direita na política europeia: Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparada*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

KEY (Vladimir O.), *The Responsible Electorate. Rationality in Presidential Voting, 1936-1960*, colab. de Milton C. Cummings, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1966.

Obra (póstuma) que desafia as teorias então dominantes na explicação do voto (modelos sociológico e sociopsicológico), sublinhando (i) que o eleitor médio tem um comportamento racional e prospectivo, baseando as suas decisões de voto nas «issue positions» dos candidatos e nas expectativas quanto ao desempenho futuro destes últimos («voters are not fools [...] in the large the electorate behaves about as rationally and responsibly as we should expect, given the clarity of the alternatives presented to it and the character of the information available to it»; e (ii) que os eleitores flutuantes («switchers») constituem um grupo mais vasto do que se supõe e não têm necessariamente uma menor competência cívica.

KLINGEMANN (Hans-Dieter), dir., *The Comparative Study of Electoral Systems*, Oxford, OUP, 2012 [em especial, os capítulos 4 e 5 e 9 a 13]. *

LAZARSFELD (Paul) *et al.*, *The People's Choice. How the Voter Makes Up His Mind in a Presidential Campaign*, 3ª ed., New York, Columbia University Press, 1968 [1ª ed.: 1944]

Analisa o impacto da campanha das eleições presidenciais americanas de 1940 no pequeno condado de Erie (Ohio), aplicando uma inovação metodológica, a *técnica do painel* – entrevistas sucessivas (7 vagas entre Maio e Novembro) a um grupo fixo de cerca de 600 eleitores, previamente seleccionados por amostragem aleatória. A principal conclusão do estudo é que as características sociais dos indivíduos têm um papel determinante na activação das suas predisposições políticas. Nessa medida, as campanhas eleitorais têm um impacto limitado na formação e mudança das opiniões políticas, servindo sobretudo «[to] activate latent predispositions». Este estudo - e um outro semelhante sobre as eleições presidenciais de 1948 numa pequena comunidade próxima de Nova Iorque (*Voting: A Study of Opinion Formation in a Presidential Campaign*, 1954) – consagrou Lazarsfeld como um dos fundadores do modelo sociológico de explicação do voto.

LEDUC (Lawrence) *et al.*, dir., *Comparing Democracies. New Challenges in the Study of Elections and Voting*, Londres, Sage, 2002.

LIJPHART (Arend), “Unequal Participation: Democracy's Unresolved Dilemma“, *American Political Science Review*, 91 (1), Março 1997, pp. 1-14.

LISI (Marco), “O voto dos indecisos nas democracias recentes: um estudo comparado”, *Análise Social*, 45 (194), 2010, pp. 25-61.

MARTIN (Pierre), *Comprendre les évolutions électorales. La théorie des réalignements revisitée*, Paris, Presses de Sciences Po, 2000.

NATCHEZ (Peter B.), *Images of Voting / Visions of Democracy. Voting Behavior and Democratic Theory*, New York, Basic Books, 1985.

NIEMI (Richard G.) e WEISBERG (Herbert F.), dir., *Controversies in Voting Behavior*, 3ª ed., Washington, DC, Congress Quarterly Press, 1993.

ROSE (Richard), *Voter Turnout from 1945 to 1997: A Global Report on Political Participation*, 2ª ed., Estocolmo, International IDEA, 1997.

TEMA 4

PRINCÍPIOS E MODOS DE ORGANIZAÇÃO DA ACÇÃO COLECTIVA

4.1. O fenómeno burocrático: perspectivas teóricas

ALBROW (Martin), *Bureaucracy*, reimpr. Basingstoke, Macmillan, 1989 [1ª ed.: 1970].

BEETHAM (David), *On Bureaucracy*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 1987.

Há tradução portuguesa: *Burocracia*, Lisboa, Editorial Estampa, 1988.

BLAU (Peter M.) e MEYER (Marshall W.), 3ª ed., *Bureaucracy in Modern Society*, New York, Random House, 1987 [1ª ed.: 1971].

CROZIER (Michel), *Le phénomène bureaucratique*, Paris, Seuil, 1963.

Vd., em particular, o capítulo 7 (“Le système d’organisation bureaucratique”), que traça um sugestivo panorama das teorias sociológicas da burocracia.

DREYFUS (Françoise), *L’invention de la bureaucratie*, Paris, La Découverte, 2000.

ETZIONI-HALEVY (Eva), *Bureaucracy and Democracy. A Political Dilemma*, 2ª ed., Londres, Routledge & Kegan Paul, 1985.

LAPALOMBARA (Joseph), dir., *Bureaucracy and Political Development*, Princeton, NJ, Princeton University Press, 1967.

MAYNTZ (Renate), *Sociología de la Administración Pública*, Madrid, Alianza Editorial, 1985 [ed. original, em alemão: 1978]

MERTON (Robert K.), “The Unanticipated Consequences of Purposive Social Action”, *American Sociological Review*, 1936, pp. 894-904.

Neste texto clássico, o A. questiona a congruência entre os princípios do «tipo ideal» weberiano e o *modus operandi* do sistema de acção burocrático, sublinhando a existência de efeitos secundários «não-antecipáveis» que geram disfunções.

PAGE (Edward C.), *Political Authority and Buraucratic Power: A Comparative Analysis*, 2ª ed., New York e Londres, Harvester Wheatsheaf, 1992.

WEBER (Max) [1864-1920], “Bureaucracy”, in M. Weber, *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*, edição org. por Guenther Roth & Claus Wittich, reimpr., vol. 2, Berkeley, Calif., University of California Press, 1978, pp. 956-1005 [1ª ed. alemã: 1921-22] *.

O texto fundador, continuamente revisitado, das modernas teorias da burocracia. O A. descreve as características básicas do «tipo ideal» da burocracia, postulando ser o desenvolvimento das organizações burocráticas a expressão do triunfo da racionalidade nas sociedades modernas.

4.2. Partidos políticos e sistemas de partidos

4.2.1. Estudos pioneiros

BRYCE (James) [1838-1922], *The American Commonwealth*, vol. 2 (*The Party System, Public Opinion, Social Institutions*), Londres, Macmillan & Co., 1889 [reed.: Liberty Fund, Inc. (EUA) 1995].

Contém a primeira descrição pormenorizada (a nível federal, estadual e local) das organizações partidárias americanas.

GOSNELL (Harold) [1896-1997], *Boss Platt and His New York Machine: A Study of the Political Leadership of Thomas C. Platt, Theodore Roosevelt and others*, Chicago, Ill., Chicago, The University of Chicago Press, 1924 [reed. mais recente: 1971].

Um estudo de caso replicado em *Machine Politics: Chicago Model* (Chicago, 1937).

LOWELL (Abbot Lawrence) [1856-1943], *Governments and Parties in Continental Europe*, 2 vols., Londres, Longmans, Green & Co., 1896 [reed. Kissinger Publishing (EUA), 2008].

MICHELS (Robert) [1876-1936], *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna*, Lisboa, Antígona, 2001 [edição original, em alemão: 1911].

Vd. o importante ensaio escrito por Juan Linz para a edição italiana (1966) desta *opus magnum* de R. Michels, disponível agora em Juan Linz, *Robert Michels, Political Sociology and the Future of Democracy*, New Brunswick (EUA) e Londres, Transaction Publishers, 2006, pp. 1-80.

MOSCA (Gaetano) [1858-1941], “La sociologia del partito politico nella democrazia moderna”, *Il Pensiero Moderno*, I, 1912, pp. 310-16.

OSTROGORSKI (Moisei) [1854-1919], *La démocratie et les partis politiques*, ed. refundida, Paris, Calmann-Levy Éditeurs, 1912 [1ª ed.: 1902].

A edição em língua inglesa publicada em 1903 (Londres e Nova Iorque, Macmillan) tem um prefácio de James Bryce; uma reedição abreviada, publicada nos EUA em 1964 (Chicago, Quadrangle Books), tem um importante estudo introdutório de Seymour M. Lipset. Há também uma reedição abreviada em francês, organizada e prefaciada por Pierre Ronsanvallon (Paris, Seuil, 1979), disponível na biblioteca da FCSH.

WEBER (Max) [1864-1920], “Parties”, in M. Weber, *Economy and Society: An Outline of Interpretive Sociology*, edição org. por Guenther Roth & Claus Wittich, reimpr., vol. 1, Berkeley, Calif., University of California Press, 1978, pp. 284-288 [1ª ed. alemã: 1921-22].

WEBER (Max) [1864-1920], “Le métier et la vocation d’homme politique (*Politik als Beruf*)” (1919), in M. WEBER, *Le savant et le politique*, pref. de Raymond Aron, Paris, Librairie Plon, 1959, pp. 99-185 [reimpr.: 1982]. Há tradução portuguesa: *O político e o cientista*, 3ª ed., Lisboa, Presença, 1979.

4.2.2. A literatura e o debate científico contemporâneos

- DAALDER (Hans) e MAIR (Peter), dir., *Western European Party Systems. Continuity and Change*, Londres, Sage, 1983.
- DALTON (Russell J.) *et al.*, “Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas”, *Análise Social*, XXXVIII (167), Verão 2003, pp. 295-320.
- DELLA PORTA (Donatella), *I partiti politici*, reed., Bolonha, Il Mulino, 2009.
- DIAMOND (Larry) e GUNTHER (Richard), dir., *Political Parties and Democracy*, Baltimore, Md., The Johns Hopkins University Press, 2001.
- DUVERGER (Maurice), *Les parties politiques*, reed., Paris, Librairie Armand Colin, 1976 [1ª ed.: 1951].
Há tradução portuguesa: *Os partidos políticos*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.
- GUNTHER (Richard) *et al.*, dir., *Political Parties: Old Concepts and New Challenges*, Oxford, OUP, 2002.
- KATZ (Richard S.), *A Theory of Parties and Electoral Systems*, Baltimore e Londres, The Johns Hopkins University Press, 1980.
- KATZ (Richard S.) e MAIR (Peter), dir., *How Parties Organize: Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies*, Londres, Sage, 1994.
- LAPALOMBARA (Joseph) e WEINER (Myron), dir., *Political Parties and Political Development*, 2ª ed., Princeton, NJ, Princeton University Press, 1972.
- LENK (Kurt) e NEUMANN (Franz), dir., *Teoría y sociología críticas de los partidos políticos*, Barcelona, Editorial Anagrama, 1980.
- LIPSET (Seymour M.) e ROKKAN (Stein), dir., *Party Systems and Voter Alignment: Cross-National Perspectives*, Nova Iorque, The Free Press, 1967.
Inclui o famoso texto de Lipset & Rokkan que analisa o modo como as clivagens estruturais se reflectem no sistema de contrastes e oposições partidárias, e onde os AA. formulam a hipótese da ossificação ou «congelamento» dos sistemas de partidos na Europa. Há uma boa tradução portuguesa desse texto: “Estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamentos dos eleitores”, in S.M. LIPSET, *Consenso e conflito*, Lisboa, Gradiva, 1992, pp. 161-259.
- LOPES (Fernando Farelo), *Os Partidos Políticos. Modelos e realidades na Europa Ocidental e em Portugal*, Oeiras, Celta Editora, 2004. *
- LUTHER (Kurt Richard) e MULLER-ROMMEL (Ferdinand), dir., *Political Parties in the New Europe. Political and Analytical Challenges*, Oxford, OUP, 2002.

PANEBIANCO (Angelo), *Political Parties: Organization and Power*, Cambridge, CUP, 1988 [ed. original, em italiano: 1982].

QUAGLIARIELLO (Gaetano), *Politics Without Parties: Moisei Ostrogorski and the Debate on Political Parties on the Eve of the Twentieth Century*, Aldershot, Avebury, 1996.

Uma monografia bem documentada sobre a figura de Ostrogorski e o contexto intelectual em que produziu o seu estudo seminal sobre os partidos políticos.

SARTORI (Giovanni), *Parties and Party Systems: A Framework for Analysis*, Cambridge, CUP, 1979.

TEMA 5

ELITES POLÍTICAS

5.1. A teoria clássica das elites: os textos fundadores

MOSCA (Gaetano) [1864-1920], *The Ruling Class (Elementi di Scienza Politica)*, edição org. por A. Livingston, New York e Londres, McGraw-Hill, 1939 [ed. original, em italiano: 1896].

Há um excerto traduzido em português: “A classe política”, in M. Braga da CRUZ, org., *Teorias Sociológicas*, I, Lisboa, F.C. Gulbenkian, 1989, pp. 405-22. Para uma visão global do contributo teórico e analítico de Mosca, vd. James H. MEISEL, *The Myth of the Ruling Class. Gaetano Mosca and the “Elite”*, Ann Arbor, Mich., The University of Michigan Press, 1958, e Ettore A. ALBERTONI, *Mosca and the Theory of Elitism*, Oxford, Basil Blackwell, 1987.

PARETO (Vilfredo) [1848-1923], *The Rise and Fall of Elites. An Application of Theoretical Sociology*, New Brunswick e Londres, Transaction publishers, 1991 [ed. original, em italiano: “Un’ applicazione di teorie sociologiche”, *Rivista Italiana di Sociologia*, 1901].

O texto fundador da famosa teoria da «circulação das elites», o mais emblemático e impressionante legado da sociologia paretiana. O tema seria retomado e aprofundado em *Les systèmes socialistes* (Paris, 1902-03) e no monumental *Trattato di sociologia generale* (3 vols., Florença, 1916). Neste último, o A. elaborou uma sofisticada tipologia que diferencia dois tipos fundamentais de elites que se vão substituindo no processo contínuo de «circulação»: as que estão orientadas para a «inovação» e as que privilegiam a «consolidação». Na esfera política corresponderia à velha distinção entre as «raposas», astuciosas e hábeis na arte da persuasão e da manipulação, e os «leões», que preferem usar a força para manter a segurança e a estabilidade. Há um excerto do *Trattato* traduzido em português: “A circulação das elites”, in M. Braga da Cruz, org., *Teorias Sociológicas*, I, Lisboa, F.C. Gulbenkian, 1989, pp. 449-57.

5.2. Os estudos empíricos pioneiros (sobre elites ministeriais)

ANDERSSON (A.), “Den svenska ministärens samman-sättning, 1905-1932”, *Statsvetenskaplig Tidskrift*, 37, 1935, pp. 241-248.

LASKI (Harold J.), “The Personnel of the English Cabinet, 1801-1924”, *The American Political Science Review*, 22 (1), 1928, pp. 12-31.

5.3. A literatura e o debate científico contemporâneos

AAVV, *Administrative Elites in Western Europe (19th/20th c.)*, Baden-Baden, Nomos, 2005.

ABERBACH (J.D.) *et al.*, *Bureaucrats and Politicians in Western Democracies*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1981.

ALCÁNTARA SÁEZ (Manuel), *El oficio de politico*, Madrid, Tecnos, 2012.

ALMEIDA (P. Tavares de) *et al.*, dir., *Quem Governa a Europa do Sul? O recrutamento ministerial, 1850-2000*, 2ª ed., Lisboa, ICS, 2012 [1ª ed. inglesa, 2003; 1ª ed. port., 2006] . *

ARMSTRONG (John A.), *The European Administrative Elite*, Princeton, NJ, Princeton University Press, 1973.

ARON (Raymond), “Classe sociale, classe politique, classe dirigeante”, *Archives européennes de sociologie*, 1, 1960, pp. 260-281.

BEST (Heinrich) *et al.*, dir., *The Europe of Elites: A Study into the Europeaness of Europe's Political and Economic Elites*, Oxford, OUP, 2012.

BLACK (Gordon S.), “A Theory of Professionalization in Politics”, *American Political Science Review*, 64 (23), 1970, pp. 865-878.

BLONDEL (Jean) e THIÉBAULT (Jean-Louis), dir., *The Profession of Government Minister in Western Europe*, New York, St. Martin's Press, 1991.

BORCHERT (J.) e ZEISS (J.), dir., *The Political Class in Advanced Democracies*, Oxford, OUP, 2003.

BUNCE (Valerie), *Do New Leaders Make a Difference?: Executive Succession and Public Policy Under Capitalism and Socialism*, Princeton, NJ, Princeton University Press, 1981.

BURNHAM (James), *The Managerial Revolution*, Cambridge, Mass., Belknap Press of Harvard, 1941.

CENTENO (Miguel A.) e SILVA (Patrício), dir., *The Politics of Expertise in Latin America*, New York, Palgrave, 1998.

- COLLIER (Ruth Berins), *Paths Toward Democracy. The Working Class and Elites in Western Europe and South America*, Cambridge, CUP, 1999.
- CONTI (Nicolò) *et al.*, dir., *Perspectives of National Elites on European Citizenship: A South European View*, Londres e New York, Routledge, 2012.
- COTTA (Maurizio), *Democracia, Partidos e Elites Políticas*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.
- COTTA (Maurizio) e BEST (Heinrich), dir., *Parliamentary Representatives in Europe, 1848-2000. Legislative Recruitment and Careers in Eleven European Countries*, Oxford, OUP, 2000.
- COTTA (Maurizio) e BEST (Heinrich), dir., *Democratic Representation in Europe: Change, Diversity and Convergence*, Oxford, OUP, 2007.
- CZUDNOWSKI (Moshe M.), dir., *Does Who Governs Matter? Elite Circulation in Contemporary Societies*, DeKalb, Ill., Northern Illinois University Press, 1982.
- DAHL (Robert A.), *Who Governs? Democracy and Power in an American City*, ed. rivista, New Haven, Conn., Yale University Press, 1989 [1ª ed.: 1961].
- DOGAN (Mattei), dir., *Elite Configurations at the Apex of Power*, Leiden e Boston, Brill, 2003.
- DOGAN (Mattei) e HIGLEY (John), dir., *Elites, Crises and the Origins of Regimes*, Lanham, Md., Rowman and Littlefield Publishers, 1998.
- DOMHOFF (G.W.) e BALLARD (H.B.), dir., *C. Wright Mills and the Power Elite*, Boston, Beacon Press, 1968.
- DOWDING (Keith) e DUMONT (Patrick), dir., *The Selection of Ministers in Europe: Hiring and Firing*, Londres, Routledge, 2008.
- ELDERSVELD (Samuel J.), *Political Elites in Modern Societies. Empirical Research and Democratic Theory*, Ann Arbor, Mich., The University of Michigan Press, 1993.
- ENGELSTAD (Fredrik) e GULBRANDSEN (Trygve), dir., *Comparative Studies of Social and Political Elites*, Oxford, JAI Press, 2007.
- ETZIONI-HALEVY (Eva), *The Elite Connection: Problems and Potential of Western Democracy*, Cambridge, Polity Press, 1993.
- GALLAGHER (Michael) e MARSH (M.), dir., *Candidate Selection in Comparative Perspective: The Secret Garden of Politics*, Londres, Sage, 1988.
- GENIEYS (William), *Sociologie politique des élites*, Paris, Armand Colin, 2011.

- HALLER (Max), *European Integration as an Elite Process: The Failure of a Dream?*, Londres e New York, Routledge, 2008.
- HARTMANN (Michael), *The Sociology of Elites*, Londres e N. York, Routledge, 2007.
- HIGLEY (John) e BURTON (Michael), “The Elite Variable in Democratic Transitions and Breakdowns”, *American Sociological Review*, 54, 1989, pp. 17-32.
- HIGLEY (John) e BURTON (Michael), *Elite Foundations of Liberal Democracy*, Boulder, NY, Rowman & Littlefield Publishers, 2006.
- HIGLEY (John) e GUNTHER (Richard), dir., *Elites and Democratic Consolidation in Latin America and Southern Europe*, Cambridge, CUP, 1992.
- KELLER (Suzanne), *Beyond the Ruling Class. Strategic Elites in Modern Society*, New York, Random House, 1963.
- LASSWELL (Harold D.) e LERNER (Daniel), dir., *World Revolutionary Elites: Studies in Coercive Ideological Movements*, Westport, Conn., Greenwood Press, 1980 [1ª ed.: 1965].
Há tradução portuguesa: *As elites revolucionárias*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.
- MEISEL (James H.), *The Myth of the Ruling Class. Gaetano Mosca and the ‘Elite’*, Ann Arbor, MI, The University of Michigan Press, 1958.
- MEYNAUD (Jean), *La technocratie. Mythe ou réalité*, Paris, Payot, 1964.
- MILLS (Wright), *The Power Elite*, New York, OUP, 1956.
Há tradução portuguesa: *A elite do poder*, 4ª ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- MORGENSTERN (Scott) e SIAVELIS (Peter M.), dir., *Pathways to Power: Political Recruitment and Candidate Selection in Latin America*, University Park, Penn., Pennsylvania University State Press, 2008.
- NORRIS (Pippa), dir., *Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies*, Cambridge, CUP, 1997.
- PAGE (Edward C.) e WRIGHT (Vincent), dir., *Bureaucratic Elites in Western European States: A Comparative Analysis of Top Officials*, Oxford, OUP, 1999.
- PARRY (Geraint), *Political Elites*, reed., Colchester (Essex), ECPR Press, 2005.
- PINTO (António Costa), dir., *Ruling Elites and Decision-Making in Fascist Era Dictatorships*, New York, Columbia University Press, 2009.
- PUTNAM (Robert), *The Comparative Study of Political Elites*, Englewood Cliffs., NJ, Prentice-Hall, 1976.

SCOTT (John), dir., *The Sociology of Elites*, 3 vols., Londres, Edward Elgar, 1990.
Uma vasta e utilíssima compilação dos textos mais importantes.

SELIGMAN (Lester G.), “Elite Recruitment and Political Development”, *The Journal of Politics*, 26 (3), 1964, pp. 612-626.

SULEIMAN (Ezra) e MENDRAS (Henri), dir., *Le recrutement des élites en Europe*, Paris, Editions La Découverte, 1995.

WEBER (Max), *On Charisma and Institution Building*, org. e introd. de Shmuel N. Eisenstadt, Chicago e Londres, The University of Chicago Press, 1968.
Uma criteriosa colectânea de textos que documenta as reflexões de Weber quer sobre o papel do carisma nos processos de mudança social e transformação histórica, quer sobre as implicações institucionais (em particular, na esfera política) das lideranças, símbolos e actividades carismáticas – i.e., o modo como as «qualidades» carismáticas podem ser incorporadas nas instituições, reformulando-as ou transformando-as, em particular no contexto específico da modernidade. Como sublinha Eisenstadt, na sua estimulante e esclarecedora introdução, o teste decisivo de qualquer liderança carismática é a sua capacidade de ter um impacto duradouro na estrutura institucional de uma sociedade – i.e., o desafio (e o dilema) da «rotinização» do carisma (o «carisma do ofício», na terminologia weberiana).

ZUCKERMAN (A.), “The Concept ‘Political Elite’: Lessons from Mosca and Pareto”, *Journal of Politics*, 39 (2), 1977, pp.324-344.

ANEXO

Prova escrita presencial - exemplos de perguntas

TEMA 1

(1) Faça uma reflexão crítica sobre as mudanças paradigmáticas no estudo da política, partindo do comentário das seguintes citações:

- «Os fenómenos políticos são os que se relacionam com a origem e o funcionamento do Estado, são essencialmente fenómenos jurídicos». Léon Duguit, “Le droit constitutionnel et la sociologie, *Revue internationale de l’enseignement*, t. 18, 1889.
- «O estudo da política trata da compreensão de todos os problemas relacionados com o poder e com o uso que dele se faz em contextos sociais»
R. Dowse e J. Hughes, *Political Sociology*, 1972.
- «A vida política é um sistema de actividades inter-relacionadas que influenciam o modo como as decisões investidas de autoridade são formuladas e postas em prática numa sociedade»
David Easton, *The Political System*, 1953.

(2) Como caracteriza a abordagem institucional clássica da política? Quais os seus méritos e limitações? E o que é que a distingue do neo-institucionalismo?

(3) Quais os pressupostos da «revolução behaviorista» e as suas implicações no desenvolvimento da Ciência Política ?

TEMA 2

(1) Como define, em termos gerais, a modernidade e quais as suas manifestações essenciais na esfera política? Qual o significado e o alcance do conceito de «múltiplas modernidades»?

(2) Partindo do comentário do texto a seguir reproduzido, exponha e comente os argumentos essenciais das críticas formuladas ao paradigma clássico dos estudos sobre a modernidade e a modernização.

«Tornou-se claro que a mera destruição das formas tradicionais não assegura necessariamente a criação de uma sociedade nova, moderna e viável, e que a mera ruptura dos contextos tradicionais (...) conduziu frequentemente à desorganização e ao caos, mais do que ao estabelecimento de uma ordem moderna viável. A acumulação da investigação mostrou que, conquanto um certo desenvolvimento mínimo de diversos índices sociodemográficos e estruturais possa ser considerado como condição necessária para a evolução de qualquer estrutura moderna, um novo acréscimo desses índices não assegura necessariamente a continuação dos processos de modernização, nem a criação de estruturas políticas ou sociais viáveis capazes de crescimento sustentado. Provas adicionais acrescentaram que os pré-requisitos para o desenvolvimento de um grau relativamente elevado de urbanização e de industrialização podem variar em diferentes contextos: o processo nem sempre tem de seguir o padrão europeu»

Shmuel N. Eisenstadt, *A dinâmica das civilizações*, 1991.

(3) Num estudo intitulado *Crises and Sequences in Political Development* (1971), um grupo de cientistas políticos americanos identificou cinco «crises de desenvolvimento» ou desafios cruciais - que não obedecem a uma sequência estandardizada e podem ser cumulativos e recorrentes - dos sistemas políticos modernos: identidade, legitimidade, participação penetração e distribuição. Explique o significado de cada uma destas «crises/desafios» e dê exemplos de algumas soluções institucionais encontradas.

(4) Concorda com a tese de que o *consenso* e o *conflito* não são mutuamente exclusivos, mas dimensões complementares indispensáveis ao bom funcionamento dos sistemas políticos? Justifique a sua resposta e, de seguida, analise algumas das condições sociopolíticas e institucionais que favorecem uma efectiva regulação dos conflitos, evitando o seu impacto destruidor.

(5) Numa obra clássica da sociologia política, *O homem político* (1960), Seymour Lipset enumerou um conjunto de factores inter-relacionados que definem as «condições sociais» favoráveis à institucionalização da democracia. Quais são? Exponha também os argumentos de Robert Dahl sobre a «tensão permanente» entre uma economia capitalista de mercado e a democracia.

(6) Faça o comentário das citações, integrando-o numa análise crítica dos principais argumentos do debate científico sobre as condições que favorecem a emergência e a consolidação das instituições democráticas.

- «A maioria dos países ricos são democráticos, e a maioria dos países democráticos (com a excepção da Índia) são ricos. A correlação entre riqueza e democracia implica que as transições para a democracia devem ocorrer principalmente em países num nível intermédio de desenvolvimento. Nos países pobres a democratização é improvável; nos países ricos, o mais frequente é já ter ocorrido».
Samuel Huntington, *The Third Wave*, 1991.

- «A emergência da democracia não é um subproduto do desenvolvimento económico. A democracia é estabelecida pela acção deliberada dos actores políticos, e pode ser iniciada em qualquer nível de desenvolvimento. Uma vez estabelecida, os constrangimentos económicos desempenham certamente um papel importante: as oportunidades de sobrevivência da democracia são maiores quando o país é mais rico».
A. Przeworski e F. Limongi, “Modernization: Theories and Facts”, *World Politics*, 1997.

- «Não há provas de que a democracia seja inevitável, irrevogável ou uma necessidade histórica».
Philippe Schmitter, *Dangers and Dilemmas of Democracy*, 1993.

(7) Quais são as características fundamentais da «democracia maioritária» (modelo de *Westminster*) e da «democracia consensual»?

TEMA 3

(1) Como avalia o papel das eleições no processo de modernização e democratização dos sistemas políticos? Ao analisar o desenvolvimento histórico do direito de voto no mundo ocidental, Stein Rokkan identificou cinco fases fundamentais. Exponha e comente o modelo de Rokkan e, seguidamente, analise as implicações sociopolíticas e institucionais quer da universalização do sufrágio, quer do segredo de voto.

(2) Nos regimes democráticos, as reformas do modo de escrutínio são um importante eixo de debate científico e de controvérsia política. Porquê? Quais os principais argumentos aduzidos a favor e contra a RP e a RM? Há quem sustente que, na prática,

as diferenças entre os sistemas eleitorais majoritários e proporcionais são mais de grau do que de natureza. Quais os fundamentos dessa opinião ?

(3) Exponha as três «leis sociológicas» ou «proposições» enunciadas por Maurice Duverger sobre os efeitos dos sistemas eleitorais no sistema de partidos. Quais as principais críticas formuladas à validade das proposições causais deste modelo analítico? Maurice Duverger introduziu também a distinção entre os «efeitos mecânicos» e os «efeitos psicológicos» dos sistemas eleitorais. Qual a importância e/ou utilidade desta distinção?

(4) Nas democracias ocidentais têm sido observadas ao longo das últimas décadas importantes mudanças nos comportamentos eleitorais. Qual o sentido dessas mudanças? E quais as razões que as determinam ?

(5) Num texto publicado em 1967, Seymour Lipset e Stein Rokkan concluíram que «os sistemas partidários contemporâneos reflectiam, com poucas, mas significativas, excepções, a estrutura de clivagens dos anos vinte», sublinhando assim a estabilidade e continuidade das identificações partidárias e dos alinhamentos eleitorais. Vinte anos depois, ao estudar a evolução do voto na Grã-Bretanha, Richard Rose concluiu que «o eleitorado se encontra hoje em dia muito aberto à mudança» e que «3/4 dos votantes já não se encontram presos a uma lealdade partidária estável determinada pela família e pela classe». Comente estas duas afirmações, no quadro de uma reflexão mais geral sobre as transformações recentes dos padrões de comportamento eleitoral e a evolução das teorias explicativas do voto.

TEMA 4

(1) Quais são as características essenciais do «tipo ideal» weberiano da burocracia? O desenvolvimento das organizações burocráticas nas sociedades modernas tem suscitado tanto leituras positivas como leituras negativas. Exponha, de modo sintético, alguns dos argumentos dessa controvérsia.

(2) Exponha os fundamentos das análises críticas de M. Ostrogorski e R. Michels sobre os partidos políticos. Quais são os principais pontos comuns e de divergência nas reflexões dos dois autores? E como avalia a actualidade dessas reflexões?

(3) Discuta as principais teorias sobre a origem dos partidos políticos, partindo do comentário da citação, e de seguida descreva as funções essenciais desempenhadas pelos partidos nos sistemas políticos modernos.

«O partido político emerge quando as actividades de um sistema político atingem um certo grau de complexidade, ou quando a noção de poder político passa a incluir a ideia de que as massas devem participar ou ser controladas».

J. LaPalombara e M. Weiner, *Political Parties and Political Development*, 1966.

(4) O que é que diferencia o «partido *catch all*» e o «partido cartel» do modelo original do «partido de massas»? Em que medida é que a transformação morfológica dos partidos reflecte e/ou implica mudanças na estrutura e dinâmica da competição política?

(5) Stein Rokkan (em parceria com Seymour Lipset) identificou quatro clivagens estruturais onde radicavam as principais divisões e antagonismos partidários existentes na Europa no século XX. Quais são essas clivagens, como se formaram e quais as suas consequências políticas? Considera justa a crítica daqueles que acusam de «determinismo sociológico» esta tipologia?

TEMA 5

(1) Exponha, nas suas linhas essenciais, as proposições dos fundadores da teoria das elites (Mosca, Pareto e Michels) no que respeita quer às relações entre «minorias governantes» e «maioria governada» e entre *status* social e poder político, quer quanto à coerência ideológica (consenso quanto às crenças e valores fundamentais), coesão organizacional e empenho democrático das elites. Em que medida é que as investigações empíricas sobre os padrões de recrutamento e as atitudes das elites governantes têm validado ou infirmado os postulados dos teóricos «elitistas»?

(2) Qual o papel e a importância das elites políticas nas sociedades modernas? Qual o interesse em estudar o perfil sociológico, os processos de selecção ou as atitudes das «minorias» dirigentes? Faça uma reflexão crítica sobre estes temas, partindo do comentário das seguintes citações:

- «As sociedades são caracterizadas pela natureza das suas elites e sobretudo das suas elites governantes».
Raymond Aron, *Les étapes de la pensée sociologique*, 1967.
- «As mudanças na composição das elites políticas podem proporcionar um diagnóstico fundamental das principais vagas da história».
R. Putnam, *The Comparative Study of Political Elites*, 1976.
- «Os novos líderes marcam a diferença tanto no ritmo da mudança política como nos tipos de política que são preconizados».
V. Bunce, *Do New Leaders Make a Difference?*, 1981.

(3) Como é que tem sido equacionada, no âmbito da teoria pluralista das elites, a relação entre elites e democracia? Concorda com a tese de que as elites têm sido uma «variável-chave» em muitos processos de democratização? Justifique a sua resposta e dê alguns exemplos.

(4) Na sua análise da evolução dos parâmetros do recrutamento das elites políticas na Europa ao longo dos últimos 150 anos, M. Cotta e H. Best identificaram duas tendências fundamentais: a democratização e a profissionalização. Descreva alguns dos indicadores que validam esta proposição e discuta em que medida é que, como sugerem os autores, esses dois processos podem gerar dinâmicas contraditórias e conflituais.

(5) Partindo do comentário da citação, analise as relações entre crises, mudanças de regime e transformação das elites no contexto espacial e temporal da Europa do Sul no século XX.

«A relação entre elites, crises e regimes é extraordinariamente complexa e variável. Primeiro, algumas crises políticas não conduzem a mudanças significativas na elite e no regime. [...] Segundo, alguns regimes têm origem em circunstâncias que não prefiguram uma crise profunda.[...] Terceiro, podem ocorrer significativas alterações na composição da elite, associadas ou não a crises, e sem que tenha lugar uma verdadeira mudança de regime».

Mattei Dogan e John Higley, "Elites, Crises and Regimes in Comparative Analysis", in M. Dogan e J. Higley, dir., *Elites, Crises, and the Origins of Regimes*, 1998.